

SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA

das origens a Araxá



EDITORA AFILIADA

*Conselho Editorial da
área de Serviço Social*

Ademir Alves da Silva
Dilséa Adeodata Bonetti
Elaine Rossetti Behring
Maria Lúcia Carvalho da Silva
Maria Lúcia Silva Barroco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Aguiar, Antônio Geraldo de
Serviço social e filosofia : das origens a Araxá / Antônio Geraldo de
Aguiar. — 6. ed. — São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.
ISBN 978-85-249-1769-1

1. Serviço social - Brasil 2. Serviço social - Brasil - História I. Título.

11-06604

CDD-361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Serviço social 361.981
2. Brasil : Serviço social : História 361.981

Antônio Geraldo de Aguiar

SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA

das origens a Araxá

6ª edição
8ª reimpressão

 **CORTEZ**
EDITORA

SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA: das origens a Araxá
Antônio Geraldo de Aguiar

Capa: Cia. de Desenho

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Assessoria editorial: Elisabete Borgianni

Assistente bilíngue: Priscila Flório Augusto

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 2011 by Antônio Geraldo de Aguiar

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – abril de 2018

A Rosa e a José (Em memória), meus pais.

A Giselda, minha esposa, pelo apoio, presença e incentivo para que este trabalho se concretizasse.

A Carolina, Virgínia e Janaína, minhas três meninas.

A Máira, minha neta.

A todos os meus alunos e minhas alunas na Faculdade de Serviço Social.

Lista de Siglas:

- ABESS — Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
- AC — Ação Católica
- ACB — Ação Católica Brasileira
- AP — Ação Popular
- AUC — Ação Universitária Católica
- BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CBAI — Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial
- CBAR — Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
- CBCISS — Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
- CEAS — Centro de Estudos e Ação Social
- CEDEP — Centros de Estudos e Defesa do Petróleo
- CELAM — Conselho Episcopal Latino-Americano
- CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CGT — Comando Geral dos Trabalhadores
- CLT — Consolidação das Leis do Trabalho
- CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNER — Campanha Nacional de Educação Rural
- DC — Desenvolvimento de Comunidade

- DOC — Desenvolvimento e Organização de Comunidade
EUA — Estados Unidos da América
FMI — Fundo Monetário Internacional
HAC — Homens da Ação Católica
IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JCB — Juventude Católica Brasileira
JEC — Juventude Estudantil Católica
JFC — Juventude Feminina Católica
JK — Juscelino Kubitschek
JOC — Juventude Operária Católica
JQ — Jânio Quadros
JUC — Juventude Universitária Católica
LBA — Legião Brasileira de Assistência
LEC — Liga Eleitoral Católica
LFAC — Liga Feminina da Ação Católica
MEB — Movimento de Educação de Base
OC — Organização de Comunidade
OEA — Organização dos Estados Americanos
ONU — Organização das Nações Unidas
OPA — Operação Pan-Americana
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PSD — Partido Social Democrático
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PUC — Pontifícia Universidade Católica
SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SSC — Serviço Social de Comunidade
SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito
UCISS — União Católica Internacional de Serviço Social

- UDN — União Democrática Nacional
- UNE — União Nacional dos Estudantes
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a educação, a
Ciência e a Cultura
- UPA — União Pan-Americana
- URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Nota do autor à 6ª edição	15
Prefácio	19
Introdução	23
CAPÍTULO I ■ A Igreja, o tomismo e o Serviço Social	27
A Igreja Católica no século XX	27
A Igreja Universal	27
A Ação Católica	30
A Igreja no Brasil	31
A formação do laicato.....	33
Ação junto aos intelectuais e universitários. Fundação das Faculdades Católicas	37
As relações Igreja-Estado. A Liga Eleitoral Católica	38
O Serviço Social no Brasil — Fundação das Primeiras Escolas de Serviço Social e Formação dos Assistentes Sociais	42
Fundação das Primeiras Escolas de Serviço Social	42
— Escola de Serviço Social de São Paulo	42
— Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro	43
A formação dos assistentes sociais e suas características	45

A formação dos assistentes sociais e os congressos de Serviço Social	51
A formação do Assistente Social e a ABESS	53
Pressupostos filosóficos — Neotomismo	55
Renascimento do Tomismo	56
A filosofia de Santo Tomás: alguns aspectos	58
Código de Malinas	62
Neotomismo no Brasil	63
— Leonardo Van Acker	64
— Alexandre Correia	65
— Pe. Roberto Sabóia de Medeiros — S. J.	66
— Pe. Leonel Franca — S. J.	68
— Pe. Eduardo Magalhães Lustosa — S. J.	70
— Pe. Pedro Cerrutti — S. J.	71
Jacques Maritain e o humanismo integral	71
— Jacques Maritain e sua presença entre nós	71
— O ideal histórico	74
A presença norte-americana no início do Serviço Social brasileiro através do Neotomismo e do Funcionalismo	80
Programa de bolsas de estudos	80
A convivência entre os postulados cristãos e neotomistas e as técnicas norte-americanas	84
— A presença cristã e os processos de caso, grupo e comunidade	85
— O Serviço Social de grupo e o Neotomismo	88
CAPÍTULO II ■ Serviço Social e desenvolvimento	91
Introdução	91
ONU — A Organização das Nações Unidas e o desenvolvimento ..	94
O desenvolvimento de comunidade de 1945 a 1953	96

Desenvolvimento e os governos de Dutra (1945-1950) e o de Vargas (1950-1954)	96
O Serviço Social nos governos Dutra e Vargas	100
Desenvolvimento de comunidade de 1954 a 1967	103
Período de 1954 a 1960	103
— Final do governo de Vargas e o governo de Café Filho ..	103
— O governo de Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo	105
— O Serviço Social de 1954 a 1960	115
Período de 1960 a 1967	122
— Governo de Jânio Quadros, João Goulart e o Golpe de 1964	122
Governo de Jânio Quadros	122
Governo de João Goulart	124
Golpe de 1964	129
— O Serviço Social de 1960 a 1967	131
O desenvolvimento de comunidade após 1967	141
Algumas características do regime militar de 1964	141
O Serviço Social depois de 1967	145
CAPÍTULO III ■ Documento de Araxá: seus pressupostos	147
Apresentação e síntese do Documento de Araxá	147
Apresentação do Documento de Araxá	147
Síntese do Documento de Araxá	150
Fatos e acontecimentos da história brasileira e do Serviço Social na época do Documento de Araxá	156
Fatos e acontecimentos da história brasileira na época do Documento de Araxá — Governo Castelo Branco	156
Fatos e acontecimentos do Serviço Social na época do Documento de Araxá — A reconceitualização do Serviço Social	159

— Ana Augusta de Almeida	161
— Ezequiel Ander-Egg	166
— Herman Kruse	164
— Myrtes de Aguiar Macedo	164
— Teresa Porzecanski	165
— José Paulo Netto	165
Documento de Araxá: Análise crítica	167
Visão de homem	170
Necessidade de conhecer a realidade	172
O desenvolvimento e os conceitos de participação, conscientização, promoção e integração	174
— Promoção e desenvolvimento	175
— Conscientização e desenvolvimento	177
— Integração e desenvolvimento	178
— Participação e desenvolvimento	181
— Proposta de modelo de desenvolvimento	183
Natureza do Serviço Social	186
Conclusão	191
Bibliografia	195

Nota do autor à 6ª edição

Esta obra nasceu do desejo de contribuir na formação do profissional em Serviço Social e chega a sua sexta edição com o mesmo objetivo. De 1972 a 1984 exercemos a docência na Faculdade de Serviço Social de Lins nas cadeiras de Introdução à Filosofia e Ética Geral e de Trabalho de Conclusão de Curso, chefiamos o Departamento de Formação e Cultura e coordenamos o Trabalho de Conclusão de Curso — TCC. Nesse contexto, motivado pelas indagações das alunas e dos alunos e pela necessidade da produção de textos para o desenvolvimento do processo educativo, elaboramos a dissertação de mestrado, aprovada em 1981, que redundou nesta publicação. Hoje, o contato com a formação de assistentes sociais se dá de maneira indireta, com palestras e participação em bancas de trabalhos de conclusão de curso e contatos com docentes de Cursos de Serviço Social. A formação, a educação de diferentes sujeitos sempre foi uma preocupação constante em nossa vida profissional. De 1984 (segundo semestre) a 2004 trabalhamos na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista — UNESP, campus de Marília — SP na formação de educadores. Nesse período colaboramos como docente e pesquisador e em várias outras funções, das quais salientamos a Coordenação de Curso, do Trabalho de Conclusão de Curso e a Direção da Faculdade. No doutorado analisamos o processo formativo de agentes de pastoral da Diocese de Lins — SP, tendo como pano de fundo a educação libertadora a partir da Pedagogia de Paulo Freire e da Teologia da Libertação. Desde 2006 integramos a Coordenação do Centro Nacional de Fé

e Política “D. Helder Câmara” da CNBB, em especial do Curso Nacional de Fé e Política, em parceria com a PUC-Rio.

A publicação desta sexta edição acontece no momento em que o Serviço Social perde uma grande expoente, a Dra. Nobuco Kameyama. Tivemos a alegria de tê-la como membro da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado e como prefaciadora da publicação da Cortez Editora em parceria com a Editora UNIMEP. Faleceu no dia 8 de junho de 2011, em São Paulo. Nobuco formou-se assistente social pela Faculdade de Serviço Social de Lins. Colaborou com D. Pedro Paulo Koop, bispo de Lins, a partir dos anos 1960, como diretora do Instituto Paulista de Promoção Humana — IPPH. Participou de pesquisas sobre a realidade da região noroeste de São Paulo que foram publicadas na *Revista de Cultura* da Editora Vozes. No período da ditadura militar foi ameaçada e perseguida. Nessa situação, com o apoio de D. Pedro Paulo, foi estudar, inicialmente, em Louvain, na Bélgica, indo depois para Paris, onde concluiu o doutorado em Sociologia, estudando a mobilização dos lavradores na região de Jales. Em 1978 retornou a Lins e assumiu a direção da Faculdade de Serviço Social de Lins, onde estudara. Nesse momento um grupo de professores, num acordo com as Irmãs de Jesus Crucificado, aceitou a coordenação da Faculdade numa experiência ímpar. Vivemos esse processo e tivemos a oportunidade de conviver e muito aprender com a Nobuco. A sua presença e competência foram fundamentais para uma mudança de horizonte no desenvolvimento das diferentes disciplinas; na concepção dos estágios e na articulação com os movimentos sociais da região. Os cortadores de cana, os sem terra, as mulheres puderam contar com a Faculdade de Serviço Social no seu processo de organização e em suas lutas. Para o desenvolvimento desse trabalho a Nobuco, com outros profissionais, organizou o Projeto de Educação e Organização Popular — PEOP. Nos anos oitenta contribuiu, em âmbito nacional, para a discussão de um novo currículo para o curso de Serviço Social. Participou do trabalho desenvolvido pela Associação Nacional das Escolas de Serviço Social, esteve presente nas diferentes regiões do país proferindo palestras e realizando assessoria a vários cursos. Em Lins esteve presente na orga-

nização do Partido dos Trabalhadores e foi candidata a deputada estadual. Em 1986, saindo de Lins, colaborou na formação política do PT no Instituto Cajamar. Trabalhou, em seguida, na Pós-Graduação da PUC de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus alunos e alunas, na graduação e na pós-graduação, e muitos profissionais puderam beber de seus conhecimentos, participar de suas lutas e de acreditar que um outro mundo é possível. O Serviço Social no Brasil certamente sofreu mudanças estruturais com sua contribuição e motivou muitos profissionais a serem sujeitos da história. Pode também motivar e apoiar muitas mulheres e homens do povo, dos movimentos sociais com seu compromisso e testemunho.

Por gratidão de tudo que recebemos da companheira de lutas Nobuco Kameyama, deixamos aqui o Prefácio que escreveu para esta obra. Permanecerá em nossa memória sua presença como pessoa, como profissional e mulher de luta e compromisso.

Prefácio

O livro de Antônio Geraldo de Aguiar, *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*, representa no momento atual uma contribuição de grande alcance no bojo do processo de elaboração de um novo projeto de formação profissional.

Ao analisar o Documento de Araxá, que representa o marco inicial do processo de reconceituação, visando atender à realidade brasileira e latino-americana, o autor explica com clareza o quadro de referência geral de ação do Serviço Social ao longo do seu desenvolvimento no Brasil.

Ao levantar os componentes básicos da prática do Serviço Social, o autor, buscando um melhor entendimento, faz uma dupla abordagem: uma histórica, que aborda os aspectos conjunturais e estruturais da realidade, e outra profissional, cujo enfoque é a resposta do Serviço Social a esta realidade. É neste sentido que o autor mostra que o Documento de Araxá, embora institua o marco inicial do processo de reconceituação, não faz mais do que explicar e reafirmar uma prática profissional subordinada a uma ação empirista e de caráter instrumental, dentro de uma perspectiva funcionalista para integração social no modelo desenvolvimentista.

No entanto, antes do Encontro de Araxá, já existiam alguns profissionais que buscavam uma resposta para a superação do Serviço Social tradicional. Nesta busca, surgiram respostas possíveis, elaboradas por setores da comunidade profissional, como alternativas à inoperância do Serviço Social tradicional.

A primeira alternativa possível para os profissionais era a de se integrarem no processo de modernização, buscando uma adequação profissional às demandas institucionais. Dentro desta alternativa propunha-se a participação do Serviço Social a nível de macro e microatuação. Estas propostas foram levantadas particularmente no I Seminário de Assistentes Sociais sobre “Dimensão Regional do Processo de Desenvolvimento”, promovido pelo Instituto de Serviço Social, São Paulo (1965), e o seminário sobre “Serviço Social Diante das Transformações Sociais na América Latina”, promovido pela Secretaria Nacional de Trabalho e Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (1965).

A segunda alternativa possível foi a de partir para um trabalho em instituições que objetivavam a conscientização e a organização das classes populares como foi o exemplo de alguns profissionais que passaram a atuar no movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular e Sindicalização Rural, particularmente no Nordeste. No Rio de Janeiro temos exemplo de profissionais que se engajaram no Movimento de Desfavelamento. Estas experiências foram apresentadas no I Seminário de “Desenvolvimento e Organização de Comunidade”, promovido pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), Rio de Janeiro, 1965. Data desta época a introdução da disciplina Desenvolvimento e Organização de Comunidade no currículo das Escolas de Serviço Social.

Uma terceira alternativa era a de subordinar a prática profissional à prática política, na medida em que alguns profissionais passaram a atuar também como militantes políticos de partidos de esquerda.

No entanto com o golpe de 1964 e sobretudo com a implantação do AI-5 em dezembro de 1968, as duas últimas alternativas deixaram de ser possíveis e viáveis por causa da conjuntura repressiva e autoritária. Esta conjuntura porém não impede a formação de embriões de organizações das classes populares e nem a produção de intelectuais organicamente vinculados a elas.

A primeira alternativa passa a ser reforçada sobretudo após 1967 com a institucionalização de uma política social paternalista e autori-

tária que exclui a possibilidade de mobilização dos setores populares. Esta política social passa a dar ênfase no planejamento de caráter estatal visando a racionalização técnica na prestação de serviços.

É somente a partir de 1978, com o gradativo fortalecimento da consciência e da organização dos intelectuais e das classes populares que emerge novamente a preocupação dos profissionais em buscar um modelo teórico-metodológico de intervenção do Serviço Social para contribuir efetivamente com os movimentos sociais. Esta preocupação está presente hoje na própria definição do projeto de formação profissional. Na busca de novos pressupostos teórico-metodológicos do Serviço Social existem atualmente três correntes que poderiam ser consideradas predominantes: o funcionalismo, a dialética fenomenológica e a dialética marxista.

Atualmente quando em todas as escolas de Serviço Social se desencadeia o processo de elaboração e implantação do novo currículo para a formação profissional é de suma importância a definição clara dos fundamentos teóricos que nortearão a ação profissional. Do contrário podemos incorrer no erro de escamotear uma prática tradicional com novas roupagens, porque a teoria é a expressão da realidade segundo uma visão do mundo e contém uma proposta política.

Para definição dos pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a ação profissional é preciso fazer um estudo retrospectivo das diversas tendências que fundamentaram a prática do Serviço Social. Nesse sentido a obra do autor dá visão de uma delas que ainda orienta a prática de muitos profissionais.

*Nobuco Kameyama**

Lins (SP) fevereiro de 1984.

* Nobuco Kameyama, quando da redação deste prefácio, era diretora da Faculdade de Serviço Social de Lins e professora do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Introdução

O presente trabalho se originou de questionamentos feitos por nossos alunos na Faculdade de Serviço Social de Lins (1972 a 1984), que constantemente nos solicitavam uma reflexão que pudesse ajudá-los numa melhor compreensão de sua própria profissão. A partir desses questionamentos decidimos analisar o Documento de Araxá. Explicitar os seus pressupostos básicos, subsidiar os assistentes sociais através de um instrumento crítico sobre um dos documentos que embasam sua teoria e prática e contribuir para a reflexão de nossos alunos da Faculdade de Serviço Social de Lins, foram os objetivos que assumimos.

Nossa preocupação central sempre foi a análise do Documento de Araxá, buscando explicitar em que bases ideológicas se assenta o Documento e a que realidade a proposta atende. Partimos do pressuposto de que o Documento de Araxá tem por base o neotomismo e o desenvolvimentismo. O primeiro, marcando a visão de homem do documento e o segundo justificando sua intervenção num dado momento histórico de nossa política e economia. Tendo em vista a visão de sociedade homogênea — onde deve prevalecer a união das classes e não as contradições — e a percepção de um homem ideal, universal e a-histórico como medida de aferição do real, vemos que o documento se insere dentro de uma ideologia liberal. Para realizarmos essa análise, julgamos necessário retomar os fatos e acontecimentos que marcaram a vida do Serviço Social brasileiro, bem como as conexões desses fatos com a história brasileira. Essa busca no passado, para que melhor pudéssemos explicitar os pressupostos do documento, acabou

ampliando os horizontes iniciais de nossa pesquisa. Analisando o Serviço Social desde a década de 1930 até 1967, chegamos à análise do documento.

Para encontrar respostas às nossas indagações, realizamos uma pesquisa bibliográfica. As fontes básicas de consulta foram artigos de revistas, anais de congressos, relatórios, livros e outras publicações. Realizamos também, informalmente, entrevistas com várias assistentes sociais que vivenciaram etapas importantes da vida do Serviço Social. A partir do material levantado, procuramos buscar as conexões dos fatos vivenciados pelos assistentes sociais protagonistas da história da profissão, buscando sua significação.

O resultado de nossa reflexão é apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo, *A Igreja, o tomismo e o Serviço Social*, a preocupação foi mostrar o surgimento do Serviço Social brasileiro atrelado ao projeto de reforma social da Igreja Católica, bem como a presença do neotomismo, marcando sua visão de homem e de sociedade; e o humanismo integral de Jacques Maritain, que dará suporte ideológico à sua prática social no sentido de reconstruir a ordem social. Analisamos também a influência europeia e norte-americana no Serviço Social brasileiro. No segundo capítulo, "Serviço Social e desenvolvimento", buscamos mostrar o atrelamento do Serviço Social à ideologia desenvolvimentista. Veremos que o assumir dessa ideologia pelo Serviço Social se deu através da ação desenvolvida pela Organização das Nações Unidas e pelas posições de diferentes governos brasileiros. Essa ideologia se caracterizará por uma intervenção deliberada do Estado, no sentido de buscar o crescimento econômico, rompendo os quadros do subdesenvolvimento. Essa ação deve processar-se de forma gradual e equilibrada, isto é, sem romper as bases da civilização ocidental e cristã e, conseqüentemente, desenvolver o sistema capitalista. Procuraremos mostrar nesse capítulo como se deu a articulação entre o projeto global da sociedade brasileira e a ação do Serviço Social, no sentido de colocar-se a serviço dessa ideologia. Os dois primeiros capítulos servem para mostrar, através do fazer-se da história do Serviço Social, os pressupostos que o Documento de Araxá assume. No terceiro capítulo, "Documento de Araxá: seus pressupostos", buscamos situar o

documento dentro do processo de reconceituação do Serviço Social e o momento histórico que era o da implantação do regime militar, oriundo do golpe de 1964, bem como procuramos realizar uma análise interna e uma crítica do próprio documento.

Quando da escolha do tema deste trabalho, uma preocupação esteve presente: qual o sentido de abordarmos o tema que escolhemos? Qual a sua contribuição? Constatamos a presença de assistentes sociais e escolas de Serviço Social manifestando uma crescente preocupação no sentido de buscar um instrumental de intervenção que possibilite um Serviço Social mais comprometido com as classes populares nas instituições — local tradicional do trabalho dos assistentes sociais — e principalmente nos trabalhos comunitários. Essa busca implica um questionamento dos pressupostos que até hoje nortearam a prática e a teoria do Serviço Social. Vemos vários trabalhos que explicitam esses pressupostos, na caminhada da profissão em sua curta história entre nós. Há trabalhos concentrando sua preocupação numa análise teórica desses elementos básicos, outros buscando uma análise a partir da prática desenvolvida pelo Serviço Social. Gradativamente se consolida uma teoria do Serviço Social. Acreditamos que nosso trabalho possa ser uma contribuição para clarificar alguns aspectos dessa caminhada do Serviço Social, motivar o debate crítico dos diferentes documentos, como o de Araxá, que serviram ou servem de base para muitos profissionais do Serviço Social.

CAPÍTULO I

A Igreja, o Tomismo e o Serviço Social

A IGREJA CATÓLICA NO SÉCULO XX

A IGREJA UNIVERSAL

Para entendermos o surgimento das escolas de Serviço Social no Brasil — que está ligado à ação da Igreja Católica — parece-nos importante uma colocação rápida sobre as posições da Igreja em nosso século, e, em particular, nas primeiras décadas. De maneira especial, suas posições com relação à questão social. São colocações que terão por base os documentos do Magistério Eclesiástico que, no final do século passado e início deste, foram respostas aos problemas vividos essencialmente pela Europa. Essas posições serão mais tarde assumidas pelas igrejas dos demais continentes.

No século XIX, na Europa, os operários viviam, em grau extremo, a miséria e a exploração decorrentes da industrialização e desenvolvimento do capitalismo. Essa situação dá uma grande dimensão à questão social,¹ levando a Igreja a se posicionar. Esta via a época como de grande crise, de decadência da moral e dos costumes cristãos. Essa

1. A questão social decorre do problema social. E este, no dizer de Van Gestel, “se refere às perturbações que agitam o corpo social, isto é, aos diversos problemas concretos suscitados pela

situação decorre, segundo a Igreja, do liberalismo e do comunismo. Tendo em vista sua missão — encaminhar o homem à conquista da felicidade eterna — ela intervém na situação que é de desordem e que impede as pessoas de cumprir sua tarefa de dar glória a Deus, dadas as condições em que viviam.

A Igreja, a partir do final do século XIX, começa uma intervenção mais clara e definida no social. De início, tem-se a promulgação da Encíclica *Rerum Novarum*, que vai chamar a atenção da Igreja Universal e do mundo² sobre a situação operária e mostrar sua tarefa e contribuição. E o faz afirmando “...que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz”. E “é a Igreja, efetivamente, que haure do Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero...”³

E Leão XIII, em sua encíclica, aponta como causa da situação trágica e decadente o liberalismo e o socialismo. E preconiza a intervenção do Estado como solução para o problema operário. Afirma o Papa: “Assim, como, pois por todos os meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerências; porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum”⁴.

Contrapondo ao socialismo, o Papa afirma que o que deve existir é a concordância das classes e não a luta entre elas. Diz Sua Santidade: “O princípio primeiro a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição; é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”. E continua afirmando: “O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres

evolução e os desequilíbrios da vida social. Neste sentido, o problema social diz respeito à patologia da vida social”. G. Van Gestel, *A Igreja e a questão social*, p. 20.

2. A encíclica é dirigida à Igreja Universal, mas responde aos problemas europeus.

3. LEÃO XIII, encíclica *Rerum Novarum*, n. 10, p. 15.

4. LEÃO XIII, encíclica *Rerum Novarum*, n. 20, p. 29.

para se combaterem mutuamente num duelo obstinado". Após a condenação desse erro, o Pontífice diz: "...as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmonicamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio".⁵

Dentro de uma ação de Igreja, o Papa pede aos operários católicos que se associem. E diante da situação, afirma: "lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos...".⁶

Restauração dos costumes, reforma social, estas ideias serão bandeiras dos cristãos nessa época e também tema da Encíclica de Pio XI, quarenta anos após a *Rerum Novarum*, isto é, em 1931. O subtítulo do referido documento é "Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica". Após analisar vários pontos, como direito à propriedade, relação capital e trabalho, liberação do proletariado, salário justo, passa a falar a respeito da restauração da ordem social. E afirma: "Já alguma coisa se faz neste sentido; para realizar o muito que ainda está por fazer e para que a família humana colha vantagens melhores e mais abundantes, são de absoluta necessidade duas coisas: a reforma das instituições e a emenda dos costumes".⁷

É preciso erradicar o individualismo gerado pelo tipo de economia liberal e impedir o crescimento do comunismo, que foi condenado solenemente por Pio XI na Encíclica *Divini Redemptoris*, de 1937. E reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica mudança da moral, dos costumes. É necessário recristianizar a sociedade.

Respondendo aos apelos dos diferentes pontífices, os católicos, através de determinados grupos e, de início muito mais na Europa, organizam-se para uma luta contra a situação operária, procurando através de sua ação reconstruir a sociedade.⁸ Trata-se de reconstruir,

5. Ibid., n. 11, p. 16-17.

6. Ibid., n. 37, p. 51.

7. Pio XI, encíclica *Quadragesimo Anno*, n. 77, p. 33.

8. Antes mesmo da *Rerum Novarum*, muitos prelados e cristãos tinham uma ação social. Por exemplo: na Alemanha, D. Ketteler, que era chamado "o bispo combativo", escreveu a grande obra *A questão operária e o cristianismo*. Na Suíça, vamos encontrar D. Mermillod e um estadista, Gaspar Decutins. D. Mermillod foi atuante, viajou muito e presidiu a Comissão de Estudos cria-

pois as bases fundamentais da sociedade não eram questionadas, hajam vista todas as diretivas de obediência à autoridade⁹ e todas as afirmações referentes à harmonia entre as classes.

Apesar dessa postura de não questionamento das estruturas (por parte da igreja institucional), foi grande a repercussão dos documentos papais e do episcopado e da ação organizada pelos cristãos, a ação voltada para a organização operária e luta por uma legislação social.

A ação da Igreja se desenvolve de maneira criativa na Holanda, França, Áustria, Alemanha, Bélgica e outros países. A ação da Igreja resulta nas Semanas Sociais; nas organizações católicas para operários, agricultores, profissões liberais, escolas. Várias personalidades surgem dentro do episcopado, do magistério, dos advogados etc.

A AÇÃO CATÓLICA

Dentro da ação da Igreja, a Ação Católica — AC é outro movimento. Mas um movimento fundamental. Um movimento de leigos. A Ação Católica no dizer de Pio XI “...é a participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja”.¹⁰ A Ação Católica tem como missão a divulgação da doutrina da Igreja em vista à reforma social. Com relação a isto, ouçamos Pio X: “Veneráveis irmãos, o caráter, o objeto e as condições da Ação Católica, considerada em sua parte mais importante, qual é da solução da questão social, digna de que a ela todas as forças católicas se congreguem com denodo e constância grandíssimos”.¹¹ E Pio XI:

da em 1882, por Leão XIII. Dessa comissão surgiu a União de Friburgo. Os estudos da referida comissão ajudaram muito na elaboração da *Rerum Novarum*. Na França, encontramos Léon Harmel, Tour da Pin, Albert de Mun. Na Inglaterra, o cardeal Henry-Edward Manning. Na Holanda, Schaepman, Ariens, Alberse, Poels. Na Bélgica, Edouard Ducpétiaux, Helleputte e pe. Pottier (cf. Van Gestel, G., *A Igreja e a Questão Social*, p. 85-99).

9. Encontramos referências ao respeito à autoridade nos documentos *Immortale Dei* (1885), *Sapientia Christiana* (1890) e *Quod apostolici* (1878), de Leão XIII; *Mirari* (1832), de Gregório XVI e *Divini Illius Magistri* (1829), de Pio XI.

10. Pio XI, “Discurso às Associações Católicas de Roma”. In: SALIM, Emílio. *Justiça social*, p. 32.

11. Pio X, encíclica *Il Fermo Proposito*, n. 19, p. 15.

“Além do apostolado individual, quase sempre oculto, mas sobremaneira útil e eficaz, cabe à Ação Católica fazer, com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para a constituição duma ordem social cristã, de acordo com os documentos pontifícios”.¹²

Portanto a A. C., como baluarte do apostolado da Igreja, deve engajar-se seriamente na reconstrução da sociedade (sem participar da política partidária enquanto movimento). Um dos instrumentos que a Igreja utilizou para propagar sua doutrina social foi a escola católica. Pio XI, entre suas encíclicas, dedicou uma delas à questão da educação. Nessa encíclica, diz: “Tudo o que fazem os fiéis para promover e defender a escola católica para seus filhos, é obra genuinamente religiosa, e por isso especialíssimo dever da ‘Ação Católica’, pelo que são particularmente caras ao nosso coração paterno e dignas de grandes encômios aquelas associações especiais que, em várias nações, com tanto zelo, se dedicam a obra tão necessária”.¹³

Dessas rápidas colocações, da Igreja Universal, inclusive da Ação Católica, percebemos que a preocupação da Igreja se coloca na perspectiva de uma reforma da sociedade (retorno ao ideal da Idade Média), dada a decadência da moral e dos costumes, produzida pelo liberalismo e comunismo.

A IGREJA NO BRASIL

O Serviço Social no Brasil, como veremos, é fruto da ação desenvolvida pela Igreja no campo social. Para que possamos entender as posições iniciais do Serviço Social brasileiro, é que apresentaremos agora, numa síntese, as posições assumidas pela Igreja no Brasil, principalmente nas primeiras décadas do nosso século.

12. Pio XI, encíclica *Divini Redemptoris*, n. 66, p. 34.

13. Pio XI, encíclica *Divini Illius Magistri*, n. 85, p. 34.

A Igreja brasileira aos poucos coloca em prática as diretrizes dos Papas Leão XIII, Pio X e Pio XI.

Constatamos nos documentos papais vindos à luz no final do século passado e início deste, que a preocupação fundamental da Igreja concentra-se na reforma social, na restauração da sociedade cristã, e essa será a preocupação do episcopado brasileiro. Dentro do episcopado nacional, salientamos o cardeal Arcoverde, no Rio de Janeiro, D. Duarte Leopoldo e Silva, em São Paulo, D. Becker, no Rio Grande do Sul e de maneira especial o cardeal Leme, no Rio de Janeiro — primeiro como administrador apostólico e depois como cardeal-arcebispo. Nesse período, será marcante a atuação e a presença de D. Leme, dada a sua capacidade de liderança e a de ser bispo na então capital da República. Terá papel relevante na organização do catolicismo no Brasil, bem como na atuação junto ao governo civil.

Irmã Maria Regina do Santo Rosário, em seu livro *O cardeal Leme*, mostra-nos D. Leme numa doação total à causa da Igreja, uma fidelidade sem vacilação ao Papa, um profundo amor à pátria e uma visão muito grande de seu tempo. Brasilidade e catolicismo vão andar sempre juntos na atuação do cardeal.

Dentro da preocupação da recristianização da sociedade, D. Leme se preocupará com a formação do laicato, a conquista dos intelectuais, a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro e aproximação com o governo. Essa aproximação merecerá toda uma estratégia, pois desde a proclamação da República há separação entre Igreja e Estado.

Centraremos nossas colocações em torno de D. Leme, dado o papel relevante que desempenhou na Igreja Católica brasileira.

D. Leme inicia uma ação marcante, podemos dizer, com sua Carta Pastoral de 1916, quando de sua posse no Arcebispado de Olinda, apesar de seus trabalhos já desenvolvidos como padre em São Paulo e como bispo-auxiliar no Rio. Na referida carta, analisa a situação do Brasil do ponto de vista religioso. Mostra a ignorância e acomodação por parte dos católicos, a ausência da religião nas instituições, a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros, a falta de organização temática das homilias e outros pontos. Após salientar a

situação, propõe um plano de ação que procurará concretizar durante toda sua vida.

A FORMAÇÃO DO LAICATO

D. Leme — como outros bispos — se preocupa em formar o laicato. De início, essa formação se dará pela Confederação Católica. D. Leme a fundará em Olinda e no Rio de Janeiro. Mas, antes dessas duas, a Confederação Católica já existia em São Paulo, fundada por D. José Camargo de Barros e dinamizada por D. Leme, quando padre na capital paulista. Essa Confederação terá apoio e incentivo de D. Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de São Paulo e que organizou em 1911 o 1º Congresso da Confederação Católica.

No Rio de Janeiro, a fundação da Confederação Católica se dá em 08/12/1922 (Reunião inaugural a 27 de janeiro de 1923), tendo como objetivo coordenar e disciplinar o apostolado da Igreja. D. Leme “via nela a promessa de uma solução de um problema vital: a transformação dos nossos católicos, sinceros mas inoperantes, num exército conquistador, que sob as ordens da hierarquia, se lançasse ao combate pelo reino de Cristo”.¹⁴ No momento inicial a preocupação estará concentrada na formação dos chefes.

A Confederação cresce e, para comemorar os 5 anos de fundação, realiza a Semana de Ação Católica, de 7 a 22 de outubro de 1928. Essa realização teve, num primeiro momento, a preocupação de formação e revisão dos trabalhos e, num segundo momento, colocações sobre a Ação Católica onde D. Leme a define, com Pio XI, como “a coparticipação do laicato no apostolado sacerdotal, pelo reinado de Jesus Cristo”.¹⁵ E também nessa semana mostra que para reformar a sociedade é preciso ser santo.

O trabalho desenvolvido junto à juventude feminina levou à realização de um curso de 1º de julho a 12 de agosto de 1932, ministrado

14. SANTO ROSÁRIO, irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 144.

15. *Ibid.*, p. 196.

por Mademoiselle Cristine de Hemptine, Presidente Internacional da Juventude Feminina Católica. Do curso constavam assuntos de Doutrina Social da Igreja e sobre Ação Católica. Mostrou o “esforço titânico dos católicos europeus pela recristianização da sociedade em perigo — esforço expresso em atividades de toda ordem: culturais, familiares, pedagógicas, econômico-sociais e parapolíticas”.¹⁶ O referido curso terá uma participação intensa, em cujo período temos a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, e que repercutirá sobre o ânimo dos seus participantes. Mademoiselle Hemptine terá papel marcante no início de nosso serviço social.

Esse curso terá sua repercussão com o surgimento do primeiro agrupamento de Ação Católica, no Rio de Janeiro, sob o título de Juventude Feminina Católica.

Todo esse trabalho, da Confederação, da Juventude Feminina Católica, bem como o que desenvolveu junto aos intelectuais e universitários e outros tantos que D. Leme vai desenvolvendo como bom estrategista, é a antecipação da Ação Católica preconizada por Pio XI. Sentindo já em Pio X a semente da Ação Católica, o cardeal percebe a importância da colaboração dos leigos com a hierarquia e cria todos esses movimentos que produzem uma ação concreta na sociedade brasileira. Pio XI, como já vimos, através de suas encíclicas, entre elas *Ubi Arcano Dei e Qua Primas* “denunciava o que se poderia chamar o estado de ‘beligerância moral’ do mundo contemporâneo: inimizades entre os povos, discórdias intestinas das nações, luta de classes e, por fim, a própria célula da sociedade contaminada pela paulatina desagregação da Família”.¹⁷ E a causa fundamental é a exclusão de Deus. O Papa via a Igreja como única força capaz de salvar o mundo. Dentro dessa situação e à luz de alguns teólogos da época, descobre-se a tarefa dos leigos dentro do apostolado hierárquico. E esta é a característica básica da A. C.: apostolado dos leigos.

Pio XI, através das encíclicas dirigidas à Igreja Universal, bem como das dirigidas a vários países, exige a criação da Ação Católica. A D. Leme e ao episcopado brasileiro, Pio XI dirige a Carta Apostólica *Quamvis*

16. *Ibid.*, p. 306.

17. *Ibid.*, p. 299.

Nostra. No Brasil, a oficialização da Ação Católica dar-se-á a 9 de junho de 1935, Domingo de Pentecostes. Nesse dia, os bispos brasileiros promulgam em suas dioceses os estatutos da Ação Católica Brasileira — ACB que têm por base o modelo italiano.

A Ação Católica tem uma organização que compreende:

- Homens da Ação Católica — HAC para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade;
- Liga Feminina de Ação Católica — LFAC para maiores de 30 anos e casadas;
- Juventude Católica Brasileira — JCB;
- Juventude Feminina Católica — JFC.

Onde a Confederação Católica estivesse presente, os movimentos nela congregados passariam a ter ligações com a Ação Católica Brasileira. Na direção, a Ação Católica contará com a Comissão Episcopal da Ação Católica, Junta Nacional da Ação Católica e Conselho Nacional da Ação Católica.

O cardeal impulsiona a Ação Católica em sua diocese, bem como orienta o nascimento da Ação Católica Brasileira. Nos comentários dos estatutos da ACB, explicita: “A organização ou quadro oficial — da participação dos leigos no apostolado hierárquico — dá-se o nome de Ação Católica Brasileira. Seu objetivo imediato é *formar* o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja — salvar as almas pela *cristianização dos indivíduos, da Família e da Sociedade*. Formar consciências “primorosamente cristãs”, diz Pio XI, “é o primeiro esforço da Ação Católica que, antes de mais nada, é educativa”.¹⁸ A preocupação de formação da Ação Católica centrar-se-á nas elites. Na medida em que estas estiverem preparadas, serão capazes de influenciar na vida social. A reforma da sociedade virá através das elites, logo, de cima para baixo. As elites devem cristianizar o povo.

Haverá mais tarde a inclusão de seções da Juventude Estudantil Católica — JEC e Juventude Operária Católica — JOC, na Juventude

18. SANTO ROSÁRIO, irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 338.

Feminina Católica e da JEC; JOC e Juventude Universitária Católica — JUC, na Juventude Católica Brasileira.

A Ação Católica também se desenvolverá em São Paulo. Assim como no Rio de Janeiro, vários organismos antecedem a Ação Católica. Em 1932, sob a direção de D. Duarte Leopoldo e Silva, nasce o CEAS, Centro de Estudos e Ação Social. O grupo dirigente do CEAS é que terá a tarefa de organizar na capital paulista a Ação Católica.

O desenvolvimento da Ação Católica também foi uma preocupação de D. José Gaspar, quando bispo-auxiliar de São Paulo e depois como arcebispo. Essa preocupação de D. Gaspar é apresentada por V. S. Vasconcelos em sua obra *História da Província Eclesiástica*.

Essa preocupação encontramos também numa circular do arcebispo e dos bispos sufragâneos de 1942, em que se dá ciência da criação da Comissão Provincial da Ação Católica e se afirma a respeito da mesma: “A organização oficial da Ação Católica em nossa província é grave dever que nos incumbe, falou a Santa Sé em termos claros e peremptórios”. E sobre a Ação Católica diz: “A. C. é arregimentação das forças católicas para campanha espiritual da cristianização do mundo”.¹⁹ Conforme outra circular de 25/03/1943, constatamos a programação de semanas de estudos sobre Ação Católica previstas para maio e junho do referido ano. A circular inicialmente critica aqueles que apenas falam sobre a Ação Católica e nada fazem. E, em seguida, apresenta o esquema das semanas de estudos. O tema central será “Urgência e Necessidade da Ação Católica”. O esquema básico:

“a) Para a solução da nossa ordem social os antigos métodos são insuficientes. Prova-se pelos documentos pontifícios e pela experiência quotidiana no exercício do apostolado.

b) A instalação da Ação Católica, em todas as paróquias, é uma questão de zelo e obediência, não é facultativa, mas obrigatória”.²⁰

19. PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE SÃO PAULO, *Circular do Arcebispo Metropolitano e Bispos Sufragâneos*, 26/11/1942, p. 28.

20. ARCEBISPADO DE SÃO PAULO, *Circular do Sr. Arcebispo Metropolitano sobre as próximas Semanas de Estudos da Ação Católica*, 25/03/1943.

AÇÃO JUNTO AOS INTELLECTUAIS E UNIVERSITÁRIOS. FUNDAÇÃO DAS FACULDADES CATÓLICAS

Um outro trabalho realizado por D. Leme e que terá repercussão nacional é o desenvolvimento junto aos intelectuais e universitários. Existiam alguns nomes, mas ele desejava gente mais nova que pudesse entender seu tempo. Jackson Figueiredo será o primeiro com quem D. Leme conta. Este, em 1921, funda a revista *A Ordem* que “visava o combate de toda forma de rebelião, quer esta se manifestasse no campo filosófico ou literário, no da ética ou das instituições (...) Tinha uma finalidade de formação religiosa e uma intenção política, não propriamente partidária, mas prática, como diria mais tarde Tristão de Ataíde”.²¹

Em 1922, Jackson, com Perilo Gomes e Hamilton Nogueira, funda o Centro D. Vital, destinado a penetrar no meio intelectual através de bibliotecas e publicação de livros selecionados. Após a morte de Jackson, o centro será dirigido por Alceu Amoroso Lima. Este grupo foi crescendo. Além de estudos, debates e ação, rezavam juntos.

Tanto a revista como o Centro D. Vital exercem influência fundamental em seu tempo, quer através do engajamento, quer na conquista da intelectualidade brasileira. D. Odilão Moura afirma: “A obra cultural católica do Centro D. Vital foi, em nossa Pátria, a mais fecunda e a mais extensa realizada nos meios intelectuais, jamais ultrapassada por outra; D. Leme pôde, com exatidão, escrever mais tarde: ‘O Centro D. Vital é a maior afirmação da inteligência cristã no Brasil’”.²² E o próprio D. Odilão, em seu livro *Ideias Católicas no Brasil*, informa-nos que, em 1942, havia filiais do Centro D. Vital nas seguintes cidades: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Aracaju, Fortaleza, Juiz de Fora, São João del Rey, Itajubá, Ouro Preto, Diamantina e Campos.

Dentro dessa trilha, temos em 1929, com Tristão de Ataíde, a fundação da Ação Universitária Católica — AUC. Com essa fundação temos “sangue novo” presente no laicato católico. Nos diversos debates nas

21. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria R, do. *O Cardeal Leme*, p. 180.

22. MOURA, D. Odilão, *Ideias Católicas no Brasil*, p. 119.

faculdades, os auctistas se posicionam claramente numa perspectiva religiosa. Enfrentam sérios debates com os estudantes comunistas. De 1932 a 1933, circulará a revista *A Vida*, dos universitários.

No desenrolar da vida e da ação do Centro D. Vital, teremos em 1932 a fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, com cursos de Filosofia e Sociologia. Este instituto contará entre outros com Pe. Leonel Franca e Tristão de Ataíde e será a semente da futura universidade católica, preocupação de D. Leme desde o início de seu episcopado, o que se concretiza na década de 1940. A 1º de janeiro de 1940, com Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca, iniciam-se os preparativos. A 30 de outubro do mesmo ano, sai o decreto autorizando a Faculdade de Direito e Filosofia e, em 15/03/1941, dá-se a instalação solene das faculdades católicas.

A criação de uma universidade católica também foi a preocupação de D. Duarte Leopoldo e Silva que deseja a instalação de uma universidade em São Paulo. Essa preocupação era compartilhada pelo episcopado nacional, que no Concílio Plenário Brasileiro de 1938 aponta a criação da universidade católica como uma necessidade.

AS RELAÇÕES IGREJA-ESTADO. A LIGA ELEITORAL CATÓLICA

Dentro da recristianização da sociedade, uma questão fundamental para a Igreja no Brasil será o das relações com o Estado. Tendo em vista a separação Igreja-Estado desde a Proclamação da República, o episcopado nacional procura formas de aproximação. Essa é também uma preocupação de D. Leme, que vai estar presente na Revolução de 1930. Embora a posição do episcopado não fosse unânime com relação à revolução e a Vargas, a Igreja se depara com um dever: aproveitar a mudança de regime para conseguir que se dessem à vida nacional moldes cristãos, como afirma Irmã Maria Regina do Santo Rosário. É no fundo uma preocupação de definir o lugar da Igreja dentro da nova ordem.

D. Leme aproveitará todos os momentos para mostrar a importância dos católicos na vida do país. Fará isto nas reuniões, nos congressos etc. Vejamos, entre outros, alguns exemplos. No Congresso

Eucarístico da Bahia, D. Leme enfatiza a importância da ação dos católicos, no sentido da construção de uma pátria cristã. Em 1935, quando da intentona comunista, D. Leme “via que a urgente obra recristianizadora exigia não só a intensificação do movimento religioso em geral e da Ação Católica em particular...” E “era da autoridade dos Pastores, da unidade e eficiência de sua ação, do seu contacto com o povo cristão que poderiam vir as normas salvadoras da tormenta”.²³

Nessa perspectiva de recristianização da sociedade, o episcopado se utilizará de grandes concentrações, que terão também a finalidade de buscar uma aproximação com o governo. Diz Pe. José Oscar Beozzo que o cardeal e o episcopado utilizarão de grandes concentrações populares “a fim de pressionar o Governo Provisório no sentido de atender as reivindicações católicas e impedir que o mesmo se incline para a esquerda”.²⁴ D. Leme foi sempre um respeitador da ordem e da autoridade. Independente do regime ou do tipo de presidente, um contacto sempre foi procurado, visando a influenciar para fazer uma ordem social cristã. E muitas realizações aconteceram, dada a organização do seu exército laical.

Vejamos alguns movimentos desenvolvidos em caráter nacional e a tentativa de aproximação que se busca a todo custo com o governo.

Em 1922, quando pesam ameaças contra a vida do presidente Epitácio Pessoa, o Cardeal intervém até conseguir salvá-la; chegando a desfilar de carro aberto com o presidente, para demonstrar a relação de apoio à autoridade civil.

Em 1924, quando da comemoração do Jubileu Sacerdotal do Cardeal Arcoverde, realizou-se a Páscoa das Classes Armadas, que D. Leme preparou com carinho. O objetivo era homenagear o cardeal Arcoverde. Mas “além da homenagem prestada ao Cardeal, tinha ela um duplo fim: começar, pela aproximação de uma das classes mais representativas do País, a cristianização do Brasil ‘temporal’, e dar mais um passo

23. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 359-360.

24. BEOZZO, Pe. José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*, p. 28.

na sonhada arregimentação dos homens católicos”.²⁵ Dentro dos festejos, o Cardeal Arcoverde recebe em seu palácio o presidente Artur Bernardes. No dia 5 de maio, o governo oferece um banquete ao cardeal e ao episcopado, e a saudação aos ilustres prelados foi feita pelo Ministro das Relações Exteriores que, entre outras coisas, afirma: “O Brasil precisa do concurso de todas as outras forças vivas da Nacionalidade para se refazer na disciplina, no respeito da autoridade, na prática das virtudes, na obediência à Lei, na lealdade aos deveres políticos, no trabalho útil e na independência responsável e sem ódios. Entre essas forças vivas a que aludo, e indispensável ao trabalho urgente de reconstrução geral do País, nenhuma maior que a Igreja”.²⁶

Em 1931, quando Nossa Senhora Aparecida é proclamada Padroeira do Brasil, há grandes solenidades, dias de estudos. Além dos motivos religiosos, há os de ordem política, dada a Revolução de 30. Esta redundaria em uma renovação “dos moldes políticos e legislativos, em que a Igreja deveria influir, em nome da imensa maioria católica do País”.²⁷ Uma concentração seria uma demonstração de força. Uma concentração com características religiosas e cívicas. O presidente da República, ministros e diplomatas estiveram presentes. O convite ao corpo diplomático foi feito pelo Itamarati.

No mesmo ano foi inaugurado o Cristo Redentor no Corcovado, após uma oposição dos não católicos e livres pensadores. Também aqui estiveram presentes as mais altas autoridades. D. Leme aproveitou da Festa do Redentor e da presença de arcebispos e bispos, para entregar a Vargas as “Reivindicações Católicas em nome do episcopado”. Diz Pe. José Oscar Beozzo: “Depois de quarenta anos (desde a República) o Episcopado reaparece unido perante o governo, para discutir o estatuto da Igreja dentro da Nação e perante o Estado”.²⁸

25. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 163.

26. Felix Pacheco, “Discurso no Itamaraty em homenagem ao Cardeal Arcoverde”. In: SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 169.

27. SANTO ROSÁRIO, irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 227.

28. BEOZZO, Pe. José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*, p. 35.

A luta maior será na Constituinte. Com as eleições marcadas para maio de 1933, os católicos terão outra forma de atuação: procurar influir nas eleições e depois na Constituinte, para que seus postulados estivessem presentes.

A ideia de um partido católico é rechaçada por D. Leme. Propõe a criação da Liga Eleitoral Católica — LEC, que apoiaria os candidatos de qualquer partido que se comprometessem a lutar pelos postulados defendidos pela Igreja. Há postulados essenciais e secundários. O compromisso deve ser com os essenciais: indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo e assistência eclesiástica facultativa às classes armadas. Posições referentes à problemática social estarão no nível secundário.

A LEC, que foi apoiada de maneira geral pelo episcopado, conseguiu eleger um grande número de constituintes. O cumprimento do acordo terá uma vigilância, através da colaboração das bancadas de Pernambuco e São Paulo. D. Leme convidava deputados para almoçar e contava com o trabalho de Alceu A. Lima.

Os postulados essenciais passam a fazer parte da Constituição. Dos postulados secundários, os referentes à legislação social foram aprovados. Conseguem os católicos que sejam introduzidos os seguintes postulados: “assistência religiosa às forças armadas, hospitais e penitenciárias (art. 113, § 6º); a livre prática do culto religioso nos cemitérios (art. 113, § 7º); autonomia e pluralidade sindical (art. 119, § 12º); direito dos trabalhadores conforme a justiça social (art. 120); a família constituída pelo casamento indissolúvel (art. 114); casamento religioso com efeitos civis (art. 146); ensino religioso nas escolas (art. 153)”.²⁹ Estes postulados e sua luta interessaram à hierarquia e às elites, mas não ao povo.

Referindo-se a esses acontecimentos, Irmã Maria R. do Santo Rosário afirma: “Em 1934, venceram os católicos em toda a linha e o laicismo estatal recebeu um golpe mortal. Criou-se para a Igreja uma situação sem precedentes na história do Brasil. Após um tão longo

29. MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, p. 88.

período de inaceitação, a verdade de Cristo podia enfim marcar com seu cunho a comunhão nacional, levando-o a reencontrar a ‘fisionomia de brasilidade’ que estava perdendo. Humanamente, devia-se tamanha conquista à visão criadora de D. Leme e à disciplina de um povo católico bem formado”.³⁰

O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL — FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

É dentro da visão da Igreja até aqui apresentada, que surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Como já observamos, a questão social — a luta contra a desigualdade social — é uma preocupação assumida pela Igreja dentro de uma luta contra o liberalismo e o comunismo. O problema social no começo do século XX começa a ser assumido pelos católicos brasileiros, o que é feito pela ação da hierarquia e organização do laicato.

Da necessidade de uma ação mais coerente e organizada, surgem grupos, associações que por sua vez organizam cursos, semanas de estudos para formação de seus quadros. No Brasil, constatamos a realização de cursos de formação social e de semanas sociais, entre outros.

Muitas das escolas de Serviço Social nascem de grupos que participaram dos cursos de formação social e das semanas sociais. Entre elas as de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre.

FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL

Escola de Serviço Social de São Paulo

A Escola de Serviço Social de São Paulo nasceu do Centro de Estudos e Ação Social — CEAS. O Centro surge de um grupo de moças

30. SANTO ROSÁRIO, irmã Maria R. do. *O Cardeal Leme*, p. 321.

preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho, de 1º de abril a 15 de maio de 1932. O curso foi dirigido por Mademoiselle Adèle de Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas. E a finalidade básica do CEAS é “o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz”.³¹

O CEAS é que coordenará a instalação da Ação Católica em São Paulo, sob a orientação de D. Duarte Leopoldo e Silva. Por lógica, as militantes do centro passam também a participar da Ação Católica e dela recebem toda a sua formação característica.

Após a organização da Ação Católica, o CEAS como entidade — como nos relata Carmelita Yazbek — deixa a direção da Ação Católica para preocupar-se com a organização da Escola de São Paulo. Em vista disso, o CEAS envia para a Bélgica duas sócias, para cursarem a escola de Serviço Social e, quando voltam ao nosso país, ultimam os preparativos para o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, que se instala em 15 de fevereiro de 1936. Um dos motivos básicos para a fundação da escola foi a necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica.

Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro — embora por caminhos diferentes — mas sob o mesmo pano de fundo, em 1937, temos a segunda escola de Serviço Social do país. A escola do Rio se tornou realidade pelo impulso do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima. Este enfatiza a necessidade da formação social. Para que exista vocação social, é preciso formação social. É baseada nesta ideia que “a Ação Católica desen-

31. Relatório do Centro de Estudos e Ação Social, São Paulo, 1932/34. In: YAZBEK, Maria Carmelita. *Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*, p. 28.

volveu uma programação de 'Semanas Sociais', cursos de formação e outras atividades baseadas na Doutrina Social da Igreja".³²

No Rio de Janeiro salientamos a realização, entre outras, de Semanas de Ação Social de 16 a 19/08/1936 e de 08 a 14/11/1937. As Semanas Sociais nasceram na Europa. Foi um dos instrumentos utilizados para a formação social dos católicos. Elas servem à difusão da doutrina social da Igreja para grandes massas. Conforme Van Gestel, esse movimento iniciou-se na França, em 1904, alastrando-se pela Bélgica, Holanda, Itália, Canadá, Inglaterra e outros países. Entre nós, as Semanas Sociais nasceram no Rio de Janeiro, promovidas pelo Grupo de Ação Social do Rio de Janeiro, fundado em 15 de junho de 1936. Esse grupo originou-se de uma série de conferências pronunciadas por Pe. Valere Fallon, economista social belga. Além das semanas já citadas, foram organizadas mais as seguintes: Recife (1939), São Paulo (1940), Salvador (1946), Recife (1948), Belo Horizonte (1949 ou 1950) e Curitiba (1951).³³

Em junho de 1937, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: "Formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso forma assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham ser no meio em que vivam e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica".³⁴

A fundação da escola do Rio de Janeiro contou com uma equipe da Congregação das Filhas do Coração de Maria, chegada ao Brasil em abril de 1937. Vindas da França, ligadas à experiência social cristã no seu país, influenciaram o desenvolvimento da escola nessa perspectiva.

32. LIMA, Arlete Alves. *A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil*, p. 40.

33. Cf. SOUZA, Pe. José Coelho. *Pe. Roberto Sabóia de Medeiros, S.J.* p. 84-88.

34. Relatório do Instituto Familiar e Social, Rio, 1938. In: LIMA, Arlete Alves. *A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil*, p. 66.

A exemplo das escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, a maioria das escolas até 1950 terá a influência direta da Igreja Católica, tais como: Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Escola Masculina do Rio e de São Paulo.³⁵

A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Como constatamos, o Serviço Social nasce ligado à atuação da Igreja Católica, a serviço de sua ideologia. Além da ligação de sua prática, há sua ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo. Dada essa postura, teremos um tipo de formação marcadamente clara e definida.

Mostraremos agora como se processava a formação do Assistente Social nesse período. Numa primeira fase do Serviço Social no Brasil, o que importa é a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significação com a influência americana. Retomando, a ideologia que fundamentará essa formação doutrinária é a reconstrução da sociedade em bases cristãs. É que no fim do século XIX e início do século XX, os católicos, respondendo aos apelos dos papas, engajam-se na ação social com a finalidade de reconstruir a sociedade em bases cristãs. Dizendo não ao laicismo, ao liberalismo, ao comunismo, os católicos pretendem uma nova ordem onde a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tenham por base o evangelho e que a sociedade seja organizada em bases corporativas. Nessa linha, por exemplo, se colocam os discursos de Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima, na abertura do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, em 1949, no Rio de Janeiro. Porém não se fala em reforma radical, pois a autoridade é intocável. Vemos num artigo de Urbina Telles o seguinte: “Assistentes Sociais irão trabalhar para o restabelecimento da ordem social, condicionada por certo, pelo respeito à autoridade. Mais do que

35. No início, o Serviço Social era destinado só para as mulheres. Depois surgem escolas masculinas, no período noturno. Só com o tempo é que teremos escola para rapazes e moças.

respeito, deles se pode reclamar a simpatia à autoridade no sentido de compreender suas dificuldades antes de criticá-las de maneira a prejudicar a sua ação”.³⁶

Servem também de sustentação ideológica para os assistentes sociais, as diretrizes e atividades da União Católica Internacional de Serviço Social — UCISS. É um organismo que se pauta pela doutrina da Igreja. É ele que dará nessa época as perspectivas do serviço social católico. Foi fundado em 1925. Em 1949, realizou-se em São Paulo uma Sessão Internacional de Estudos promovida pelo Secretariado Latino-americano da UCISS. Nessa sessão são reafirmados todos os princípios que até então orientaram a formação do Assistente Social, no Brasil e na América Latina. Nesse ano, dez eram as escolas brasileiras (quase a totalidade) filiadas a esse organismo, e que, portanto, assumiam na prática a doutrina católica.

Importa situar neste momento alguns conceitos básicos. Na Europa, antes de surgir o Serviço Social, nasce a Ação Social. O Serviço Social vai constituir parte, instrumento da Ação Social. A Ação Social: “é uma ação mais ampla (do que o Serviço Social), exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização. É mais um movimento de ideias, um trabalho legislativo no qual os políticos e os juristas desempenham um papel preponderante”.³⁷ O Serviço Social atua mais em relação ao indivíduo e em pequenas comunidades. Adèle de Loneaux assim define o Serviço Social: “Conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social, ou para adaptar as condições de vida social às necessidades dos indivíduos”.³⁸ O Serviço Social é, portanto, uma parte da Ação Social. O Assistente Social — o agente do Serviço Social, da Ação Social — é assim definido: “pessoa metodicamente formada numa escola de Serviço Social, cuja atividade e devotamento, ligando-se a determinada engrenagem da sociedade, tende a regularizar

36. URBINA TELLES, Guiomar. “Formação Moral do Assistente Social”, *Serviço Social*, 2(14):4.

37. FERREIRA RAMOS, Albertina. “A Formação de Assistentes Sociais”, *Serviço Social*, 2(23):21.

38. PAULA FERREIRA, Lelian de. “Serviço Social”, *Serviço Social*, 2(14):6.

o seu andamento, integrando-a normalmente na marcha em conjunto de toda a sociedade".³⁹

Em 1949, na Sessão Internacional da UCISS, o Serviço Social católico é assim definido: "*uma forma de ação social* (no sentido moderno e técnico da palavra) que, por métodos técnicos apropriados, baseados em dados científicos, quer contribuir para a instauração ou manutenção da ordem social cristã favorecendo a criação ou o bom funcionamento dos quadros sociais necessários ou úteis ao homem".⁴⁰

Para realizar a tarefa que se propõe, na ajuda da restauração da ordem social cristã, o Serviço Social não pode ter uma postura neutra na formação dos futuros assistentes sociais. E o Serviço Social, nessa época, não esconde e nem camufla sua postura, ao contrário, encontra formas pedagógicas ou técnicas de fazer com que a ideologia assumida seja comunicada aos alunos. Para isso, um dos requisitos era de que o corpo docente assumisse a doutrina social católica, ou melhor, fosse constituído por católicos praticantes. Porém não basta que sejam piedosos, mas também competentes. Este assunto foi objeto de debates na reunião da UCISS, em 1949. Dada a relevância do tema, foi analisada também a questão das escolas que não tinham uma orientação católica, ficando acertado como estratégia que professores católicos deviam penetrar nessas escolas.

Aylda Faria da Silva Ferreira, no artigo "Escola de Serviço Social", de 1944, mostra que uma escola de Serviço Social, no preparo profissional dos futuros assistentes sociais, deve levar em conta 4 pontos: formação científica, técnica, prática e pessoal.

A *formação científica* se dará através das disciplinas científicas como a Sociologia, Psicologia e Biologia e também da Moral. E deve proporcionar um conhecimento "exato do homem e da sociedade, de todos os problemas que dele se originam e neles se refletem", bem como dar-lhes condições para que possam utilizar o saber recebido como instrumentos de trabalho.

39. FERREIRA RAMOS, Albertina. "A Formação de Assistentes Sociais", *Serviço Social*, 2(23):21.

40. UCISS, "O Conceito Cristão de Serviço Social". In: *Resumo da Sessão Internacional de Estudos*, promovida pelo Secretariado Latino-americano da UCISS, de 12-14/jul./1949, p. 11-12.

A formação deve levar em conta vários aspectos da vida do homem, tais como: vida física, mental e moral, econômica e jurídico-social.

A *formação técnica* é a formação específica do Assistente Social. Consiste no estudo das teorias do Serviço Social então existentes e sua adaptação à nossa realidade. O Assistente Social deve combater os desajustamentos individuais e coletivos. Daí a formação técnica ensinar “como” fazê-lo. É a formação técnica que vai dar, ao Assistente Social, conhecimento sobre o Serviço Social e dar-lhe condições de colocá-lo em prática. A formação técnica compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional.

A *formação prática* é a aprendizagem do “como fazer” na realidade das diferentes instituições com que os futuros assistentes sociais mantinham contatos. No final da década de 1940 é que começam as organizações de estágios. Nadir Kfoury, no 2º Congresso Pan-Americano, em 1949, afirmou: “De início a parte prática girava exclusivamente em torno de visitas realizadas a obras sociais e a famílias necessitadas. Atualmente percebe-se que a preocupação maior, para bom número de escolas, reside em organizar os estágios, nas obras e a supervisão”.⁴¹

A *formação pessoal*: A escola deve se preocupar com o desabrochar da personalidade integral do aluno. Deve dar ao futuro Assistente Social uma formação moral muito sólida. Diz Aylda Faria: “Sem uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a atividade da assistente será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social”.⁴²

Essa formação pessoal será um dos aspectos importantes na formação doutrinária dos alunos. Além das atividades normais da escola, existem alguns meios específicos: os círculos de estudo e a orientação individual.

41. KFOURI, Nadir. “Dificuldades e Soluções Encontradas na Formação de Assistentes Sociais. In: *Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social*, 1949, p. 437.

42. PEREIRA, Aylda Faria S. “Escola de Serviço Social”, *Serviço Social*, 4:85.

Os círculos de estudos são reuniões, onde estão os alunos e os orientadores de curso.⁴³ Nessas reuniões, são discutidos pontos das várias disciplinas, bem como ajudar a “desenvolver o raciocínio e despertar o sentido social”. Para a realização deste último ponto, são discutidos e analisados os problemas da realidade, e as soluções possíveis dentro da visão cristã. Utiliza-se o método da Ação Católica: ver, julgar e agir.

A orientação individual será o contato pessoal com o encarregado da formação.

Para a formação doutrinária, serão básicas aulas de Doutrina Católica e de Moral. Para que uma escola de Serviço Social possa realizar bem sua tarefa, requer uma formação doutrinária definida.

A formação doutrinária é importante, pois toda ação requer normas, princípios, diretrizes. Requer uma ideologia. Urbina Telles enfatiza que essa formação deve impregnar toda a formação e não ser coisa à parte. Deve preponderar mesmo sobre a formação técnica. A autora em questão afirma: “Parte primordial na formação dos Assistentes Sociais — a doutrinária — não deverá jamais ceder lugar à técnica”.⁴⁴

E Ferreira Ramos, sobre o assunto, nos diz: “A exclusão, no preparo social, de toda a ideologia, reduzindo-se a um simples preparo técnico, conduzirá certamente à estreiteza de vistas, à ação fruto das oportunidades, muitas vezes parcial, ineficaz senão prejudicial”.⁴⁵

O aspecto doutrinário era enfatizado na formação do profissional, pois este deveria ter uma concepção de vida que “deve ser fruto de princípios doutrinários fundados na Verdade”. Daí que a escola não podia ter uma postura eclética, correndo o risco de conduzir à incerteza, ao erro. Diz Aylda Faria: “Excluir completamente do ensino toda ideologia, isto é, apenas dar as noções sem fundamentá-las, não é rea-

43. PEREIRA, Aylda Faria S. no artigo em que aborda a questão, faz referência “às alunas” e “às orientadoras do curso”, uma vez que o Serviço Social era praticado apenas pelas mulheres.

44. URBINA TELLES, Guiomar. “Formação Moral do Assistente Social”, *Serviço Social*, 2(14):4.

45. FERREIRA RAMOS, Albertina. “A Formação de Assistentes Sociais”, *Serviço Social*, 2(23):23.

lizar trabalho educativo, de verdadeira formação, que esclareça o espírito e oriente atos”.⁴⁶

Em que bases deve assentar a formação doutrinária? Urbina Telles nos responde, dizendo: “Doutrina que não se confunda nem com o individualismo, nem com o coletivismo, mas que fique no meio termo, considerando a eminente dignidade da pessoa humana e a necessidade da sociedade para seu desenvolvimento. (...) Uma só doutrina, com princípios que são imutáveis porque perfeitos, encontraremos — a CATÓLICA”.⁴⁷

Escrevendo sobre o assunto, o Prof. Hanns Lippmann mostra que o Assistente Social deve estar livre dos interesses de grupos econômicos e políticos. Mas esse princípio não vale para a Religião, pois “...se tornaria ‘incompreensível’ e desprovido de seu nexos de sentido mais profundo, se nós tivéssemos a insensatez de querer afastar do plano assistencial as soluções fornecidas pela doutrina social da Igreja Católica, Apostólica, Romana, ou não querer informar o espírito dos alunos das Escolas de Serviço Social com a Doutrina e a Moral Católica, base da doutrina social dos Soberanos Pontífices”.⁴⁸

Nas perspectivas até aqui colocadas, o Serviço Social era assumido como uma vocação. Para que haja essa formação adequada e que se assuma como vocação, é necessário que o ambiente da escola seja um ambiente adequado, quer materialmente, quer psicologicamente. É preciso professores que sejam exemplos a serem seguidos; a escolha dos professores está ligada com sua orientação doutrinária; que sejam competentes em suas áreas e possibilitem a interrelação entre as disciplinas.

Quanto ao corpo discente, necessita ser selecionado. Os candidatos precisam ter o “mínimo de devotamento, de critério e de senso prático. E não serem nervosos em excesso”. Para que os alunos pudessem ser

46. PEREIRA, Aylda Faria S. “Escola de Serviço Social”, *Serviço Social*, 4:99.

47. URBINA TELLES, Guiomar. “Formação Moral dos Assistentes Sociais”, *Serviço Social*, 2(14):4.

48. LIPPMAN, Hans L. “A Formação dos Assistentes Sociais em face das exigências da hora presente”, *Serviço Social*, 9(54):41.

selecionados, as escolas tinham — no início — no programa, um “período de provação” que antecipava o exame de admissão. Esse período de provação era feito em forma de curso.

A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E OS CONGRESSOS DE SERVIÇO SOCIAL

A formação dos profissionais em Serviço Social, bem como a organização dos cursos, foi objeto de análise e debates nos congressos pan-americanos. Salientaremos aqui os dois primeiros — o do Chile, em 1945, e o do Brasil, em 1949. Nesses dois congressos é marcante a posição católica através da presença e desempenho das escolas que seguem essa orientação, porém começa a estar presente também a influência norte-americana, através da valorização das técnicas e de certos pressupostos funcionalistas.

O primeiro congresso realizado em Santiago, no Chile, em 1945, foi em comemoração ao 20º Aniversário de Fundação da Escola de Serviço Social de Santiago, a primeira da América Latina. A questão formação foi tratada, e traçadas normas gerais para o ensino de Serviço Social, tais como: critérios para admissão de candidatas, disciplinas, seriação e a função do Assistente Social.

No segundo Congresso realizado no Rio de Janeiro, em 1949, um dos temas foi: “Dificuldades e soluções encontradas na formação de Assistentes Sociais”. Com referência ao tema, foram apresentados os seguintes trabalhos: Preparación Profesional del Asistente Social, por Emma G. Ureta (Argentina); Dificuldades e soluções encontradas na formação de Assistentes Sociais, por Nadir Kfourri (Brasil); A Formação dos Trabalhadores Sociais, pela Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth da Prefeitura do Distrito Federal (Brasil) e Dificultades para la Formación Práctica de Asistentes Sociales y Algunas Soluciones Aplicadas por Augusta Schroeder (Uruguai). É a partir deles, e principalmente dos brasileiros, que completaremos a questão sobre a formação do Assistente Social.

Com relação à formação, Nadir Kfourri afirma: “A formação teórica fundamenta-se no conceito do homem e da sociedade, em função

do qual os princípios filosóficos se assentam. Na maioria de nossas escolas, as bases morais e sociológicas do serviço social são informadas pela conceituação cristã de vida que tem suas fontes na doutrina social católica. Dentro desse espírito se procura estabelecer a convicção de que o Serviço Social se prende a um plano de reestruturação da sociedade e de formação dos quadros sociais, requerendo, conseqüentemente, a ação social. Firma-se, assim, o princípio de que o trabalho social lança suas raízes na justiça, sobre-elevada pela caridade cristã, sem o que é impossível se atingir o bem comum e viver-se numa sociedade realmente democrática".⁴⁹ Essa preocupação será básica nas cadeiras do primeiro ano e nos círculos de estudos.

No trabalho da Escola Técnica de Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal, salientamos, dentro do que estamos abordando, o aspecto referente à formação ético-profissional.

Nesse tópico, o trabalho chama a atenção para a importância da ética para o Serviço Social. Sem uma perspectiva moral, não existe prática profissional. Diz a autora: "Quanto à formação moral propriamente dita terá que se basear nos princípios cristãos..." E: "Os ensinamentos cristãos representam a fonte onde os trabalhadores sociais irão abeberar-se; a moral cristã é aceita e reconhecida mesmo pelos não cristãos, no sentido religioso da palavra. Por outro lado, impossível seria dissociar-se a Assistência Social do Cristianismo, pois este foi, na expressão feliz de Delgado de Carvalho, 'o movimento que revelou a verdadeira caridade entre os homens'".⁵⁰

E essa formação não pode ficar apenas a cargo da disciplina de Ética, mas "todas as disciplinas, incluindo uma determinada filosofia, devem concorrer para reforçar os ensinamentos ministrados na cadeira de Ética, de modo que o próprio ambiente da Escola seja, através de seus professores sobretudo, um exemplo vivo da realização da moral

49. KFOURI, Nadir. "Dificuldades e Soluções encontradas na Formação de Assistentes Sociais". In: *Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social*, Rio de Janeiro, 1949, p. 436.

50. Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, da Prefeitura do Distrito Federal (RJ), "A Formação dos Trabalhadores Sociais". In: *Anais do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social*, Rio de Janeiro, 1949, p. 456.

preconizada. Para tanto, logo se conclui da importância que há em coordenar e articular programas, não levando em conta somente o aspecto de ‘informações necessárias porque terão utilidade na prática’, mas de *unidade de doutrina* indispensável a uma boa formação moral”.⁵¹

Como percebemos, o Serviço Social católico tem uma maneira própria de ver os homens e o mundo. Essa percepção é advinda, como já constatamos, dos documentos papais e dos diferentes episcopados.

A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E A ABESS

Na formação do Assistente Social brasileiro e na organização das Escolas de Serviço Social, foi preponderante a atuação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social — ABESS. Esteve presente nos diferentes momentos do Serviço Social: em sua fase inicial católica, nas discussões em torno do desenvolvimento e na intervenção do Serviço Social, na reconceituação e outros. Sua atuação aconteceu por intermédio de suas convenções, da assessoria que sempre deu às escolas espalhadas pelo Brasil e dos cursos de aperfeiçoamento de docentes.

Nascida sob a orientação católica, sua fundação se deu em 1946, por assistentes sociais católicas, sob a liderança de D. Odila Cintra Ferreira, da Escola de Serviço Social de São Paulo e, durante muito tempo, a concepção católica se fez presente. Tendo em vista seus objetivos iniciais, de troca de experiências e de garantir um certo padrão de ensino, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social “exerceu um papel extremamente relevante no sentido de imprimir unidade no ensino das Escolas de Serviço Social, na discussão dos currículos e dos grandes temas”.⁵² Sob a ótica católica é que devemos entender a contribuição dada com relação à formação dos assistentes sociais até a década de 1960. A formação cristã do profissional em Serviço Social foi

51. *Ibid.*, p. 461-462.

52. KFOURI, Nadir. In: YAZBEK, Maria Carmelita. *Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*, p. 97.

objeto de estudos, análises e pesquisas em algumas convenções da ABESS. Até 1967 — data em que temos o Documento de Araxá — foram realizadas 14 convenções. Mesmo quando os temas eram específicos de Serviço Social, o pano de fundo era a doutrina católica. As convenções normalmente iniciavam-se com missa solene e durante certo tempo havia um dia de recolhimento, para quem desejasse, um dia antes da convenção.

Dentre as convenções realizadas pela ABESS, vejamos algumas, em cujo temário encontramos a questão da formação cristã em suas dimensões moral e espiritual.

Em 1954, tivemos em São Paulo a IV Convenção da ABESS. O tema foi “A Formação Cristã para o Serviço Social e a Metodologia do Ensino de Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade”. Com relação ao tema “formação cristã”, foi enviado um questionário para todas as escolas e a maioria respondeu. Quando da análise dos resultados, foi enfatizada a importância de saber como se encontra a formação, pois “...se a mentalidade cristã for reinante nas Escolas Católicas, estão atuando bem, mas se não for é porque estão fracassando”.⁵³ Pelas respostas ao questionário, o relator do tema constatou “que *todas as Escolas* acham que a Formação Cristã para o Serviço Social deve ser como o espírito e a vida que informa a alma das Escolas e de todo trabalhador social”.⁵⁴ Dos relatórios referentes à questão formação, vemos reafirmados os princípios da Doutrina Católica, da Filosofia Tomista, o significado do Serviço Social cristão, a Reforma Social e a importância da aula de Religião, da escolha dos professores e supervisores, do estudo da Ética Profissional.

Em 1959, em julho, realizou-se em Porto Alegre a IX Convenção. O tema foi “Renovação do Currículo das Escolas de Serviço Social e Estudos dos Programas de Algumas Cadeiras mais Importantes no Ensino do Serviço Social (Sociologia, Psicologia, Direito, Higiene e

53. ABESS, *A Formação Cristã para o Serviço Social* — Manifestações dessa formação através da atuação dos assistentes sociais, IV Convenção Nacional da ABESS, São Paulo, 1954, p. 1.

54. MONTE, Nivaldo. *A Formação Cristã para o Serviço Social*, IV Convenção Nacional da ABESS, São Paulo, 1954, p. 1.

Medicina Social, Serviço Social)”. Dentro do estudo das várias disciplinas, as de Religião, Doutrina Social da Igreja e Ética Profissional, também foram analisadas e reafirmadas como importantes para a formação integral do assistente social. No encerramento da convenção, a Diretora da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, salientou a missão dos assistentes sociais: o cristianismo humanizante para a conquista da paz. E que a exemplo de Maria, os assistentes sociais têm a tarefa de “Anunciar a Redenção”.

Em 1960, aconteceu, de 7 a 14 de julho, em Fortaleza, a X Convenção da ABESS, com o tema: “Formação da Personalidade do Assistente Social em todos os Aspectos”. Os aspectos analisados foram a formação psicológica, moral e espiritual. Quanto à *formação moral*, ficou claro que deve ser assumida por todos os membros da escola, que os programas de ética devem conter uma maior fundamentação metafísica e que devem ser melhorados para que possam provocar maior reflexão dos alunos. Quanto ao *aspecto espiritual*, enfatizou-se que o assistente social deve buscar a perfeição, que essa busca de perfeição seja iluminada pelo espírito comunitário e pela doutrina do Corpo Místico de Cristo e que as aulas de religião não tenham o caráter apologético e que valorizem as práticas tradicionais, a oração, o retiro etc. Quanto ao *aspecto psicológico*, salientou-se: que o aluno seja acompanhado no processo de maturação e que ganhe maior conhecimento de si e que se dê maior participação dos alunos na vida da escola.

PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS — NEOTOMISMO

O Serviço Social — como explicamos até agora — fundamenta-se na Doutrina Social da Igreja. Do ponto de vista filosófico, terá por base o neotomismo. Os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás, iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960, de maneira preponderante. A partir de 1960, começa a haver uma ruptura por parte daqueles que começam a assumir uma postura na visão dialética,

inclusive na sua versão materialista. É a partir da década de 1960 que vemos o movimento chamado de reconceituação de Serviço Social. Sabemos que não existe a filosofia do Serviço Social, mas que no decorrer de sua história e em contextos diferentes, embasa sua teoria e sua prática em diferentes filosofias. Uma delas foi o neotomismo.

Toda a vida das escolas estava impregnada dessa maneira de ver, mas de maneira explícita, a Doutrina da Igreja e, por consequência, a doutrina do Santo Angélico era apresentada, entre outras, nas disciplinas Moral, Ética, Doutrina Social ou Doutrina Católica. Apresentaremos o neotomismo da seguinte forma:

- Renascimento do Tomismo;
- A Filosofia de Santo Tomás;
- O Código de Malinas;
- Neotomismo no Brasil;
- Jacques Maritain e o Humanismo Integral.

RENASCIMENTO DO TOMISMO

O neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino, no século XIII. A filosofia de Santo Tomás, a partir deste século, marcará por muito tempo a história da filosofia e do homem. Terá seu apogeu e irradiará sua luz por um longo período. No século XVIII, a filosofia tomista — apesar de uns poucos filósofos continuarem a ensinar a doutrina do filósofo dominicano — podemos dizer, está esquecida. Ela começa a ser retomada com toda força no final do século XIX, tendo sua presença atuante nas primeiras décadas do século XX. Faremos aqui uma retomada sintética dessa restauração, pois existe ligação entre ela e o surgimento do Serviço Social no Brasil.

Será Leão XIII que, através da encíclica *Aeterni Patris*, proporá a restauração da filosofia tomista. Procurará imprimir “...à nova escolástica o duplo caráter que faz a sua força: o da tradição e do progresso...” O Papa coloca “...dois pontos essenciais: 1) necessidade de fazer uma

escolha nas teorias a restaurar; 2) necessidade de acolher o progresso científico e de ser do seu tempo no que ele tem de bom...".⁵⁵

Essa restauração de Santo Tomás tinha uma intenção clara, segundo Thonnard: "Unir os pensadores católicos para a conquista do pensamento moderno tal é, ao que parece, o propósito da Igreja ressuscitando o tomismo...".⁵⁶

Mas o desenvolvimento dessa corrente filosófica não se fará de maneira uniforme. Vemos diferentes posições. Um grupo voltará sua preocupação a apenas comentar Santo Tomás, sem uma preocupação de enriquecimento da doutrina do mesmo. Um outro grupo — corrente progressista — "deseja enriquecer o thomismo; aplicando-o aos nossos problemas, admitindo uma crítica thomista do conhecimento e assimilação das ciências modernas".⁵⁷ Desse grupo, salienta-se Cardeal Désire F.F.J. Mercier, o domiciano Antonin Sertillanges e Jacques Maritain. O chefe da restauração da filosofia de Santo Tomás e na perspectiva progressista foi o Cardeal Mercier. Ainda quando padre, recebe de Leão XIII a tarefa de ser responsável pela cadeira de Filosofia Tomista na Universidade de Lovaina. E será através dessa universidade que o tomismo vai irradiar sua força.

O jovem padre percebe sua árdua tarefa, dado o preconceito com relação ao tomismo, "a restauração escolástica não era a simples exumação de uma múmia antiga a ser colocada nos museus modernos. Era um pensamento vivo como o espírito, que devia ser repensado em toda a juventude de sua atualidade".⁵⁸ Segundo Pe. Franca, para realizar essa tarefa, era preciso: reabilitar historicamente a filosofia de Santo Tomás; confrontá-la com a ciência moderna e estabelecer contatos com a filosofia moderna.

Mercier não realiza essa tarefa sozinho, mas aglutina em torno de si discípulos, criando uma equipe onde cada um estabelecia contato com o Doutor Angélico, conforme sua especialidade.

55. THONNARD, F. J. *Compêndio de História de Filosofia*, p. 949-950.

56. *Ibid.*, p. 953.

57. SANTOS, Lúcio José dos. "O Thomismo e as Várias Correntes Neo-Thomistas", *A Ordem*. 20(23):423.

58. FRANCA, Leonel. "Alocução sobre Mercier". In: *Alocuções e Artigos*, p. 107.

A presença dessa filosofia restaurada não servirá apenas na formação dos padres, mas se estenderá também aos leigos. Thonnard afirma: "...na Universidade de Lovaina onde se juntava o escol do catolicismo belga, leigo, maioria (sem contar os estrangeiros), o tomismo devia ir além do círculo eclesiástico e formar, não só padres, mas também magistrados, homens políticos, diretores de obras sociais, numa palavra chefes em todos os domínios...".⁵⁹

A presença da filosofia de Santo Tomás no campo social também se dará através do cardeal Mercier, na elaboração do Código de Malinas. Thonnard, referindo-se a esse fato diz: "...durante a guerra de 1914 e depois esforçou-se por resolver, à luz de Santo Tomás, os graves problemas sociais que se apresentavam e pode dizer-se que a sua última obra filosófica foi em grande parte ativa na redação do 'Code social chrétien' composto pelos sociólogos da União Internacional de Estudos Sociais, associação fundada em 1921, sob sua presidência".⁶⁰

A FILOSOFIA DE SANTO TOMÁS: ALGUNS ASPECTOS

Santo Tomás estará presente no Serviço Social através do neotomismo. É necessária uma colocação sintética de alguns pontos da filosofia do Doutor Angélico que penetrou o pensamento dos assistentes sociais. E como já vimos, a presença do grande filósofo do século XIII virá até o Serviço Social, através da Igreja Católica. É difícil separar aspectos de uma filosofia tão unitária e harmônica, mas podemos destacar a visão de pessoa humana, conceitos de sociedade e bem comum e questão ética como pressupostos básicos presentes na formação do assistente social, que ora explicitamos.

Santo Tomás, em sua filosofia, partirá da reflexão feita por Aristóteles e a trará sob nova luz ao cenário filosófico de sua época. Vivendo seu tempo histórico, Santo Tomás tratará em sua reflexão de questões

59. THONNARD, F. J. *Compêndio de história de filosofia*, p. 959.

60. *Ibid.*, p. 960.

vitais para sua época, tais como: as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade. Estas questões e outras mereceram tratamento e soluções dentro do pensamento tomista.

Buscando elaborar um pensamento coerente e harmônico, toma por fundamento o princípio seguinte: “Tudo é inteligível pelo Ser, ideia análoga, realizando-se no ato e na potência”.⁶¹ A partir desse princípio, mostra que a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é a fonte de todos os seres.

Dentro da hierarquia dos seres, Santo Tomás, após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana. E assim a define: “Uma pessoa é a substância individual (indivisa) de uma natureza racional”.⁶² A pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas: a alma e o corpo. A união dessas duas substâncias numa substância única, embora composta, nos dá o ser humano. Thonnard expondo Santo Tomás assim define o homem: “um composto substancial de matéria prima e forma substancial”.⁶³ Segundo a definição de pessoa de Santo Tomás, esta é um ser distinto de qualquer outro ser. Mas o que realmente distingue a pessoa é sua racionalidade, é ser dotado de inteligência. E é nesta distinção que radica a dignidade da pessoa humana. Por ser racional, é capaz de escolha, de saber, de vontade. Porque inteligente, diz Santo Tomás, “a pessoa significa o que há de mais perfeito em todo o universo”.⁶⁴ E a pessoa é o ser mais perfeito no seu aspecto físico e espiritual. Vemos a análise desses dois aspectos no artigo “A pessoa humana em Santo Tomás” de Pedro Dalle Nogare. O corpo humano é o mais perfeito, o mais funcional e o mais complexo. Deus criou “o corpo a serviço da alma e para com ela formar o composto humano, cria-o de tal forma que possa desempenhar seu papel

61. Ibid., p. 364.

62. AQUINO, Tomás de. *Summa Theológica*. p. 1, q. Art. I, Ad. I. Apud COOK, Terence J. “La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo”. *Servicio Social*, 9(9):41.

63. THONNARD, F. J. *Compêndio de história de filosofia*, p. 377.

64. AQUINO, Tomás de. *Summa Theológica*. p. I, Q. 29, A.3. Apud NOGARE, Pedro Dalle, “A Pessoa Humana em Santo Tomás”, *Presença Filosófica* (1, 2 e 3):101.

da melhor forma. Ora, a alma humana espiritual tem natureza e funções superiores a qualquer outro ser criado. Logo, o corpo humano é superior, em perfeição, a qualquer outro corpo".⁶⁵

A pessoa humana tem também uma perfeição espiritual que se manifesta através da racionalidade. Essa dimensão racional produz, como consequência, o princípio da consciência em si e da liberdade. Através da reflexão intelectual, o homem tem consciência do seu eu e é capaz de situar-se como distinto dos outros seres. A liberdade, a capacidade de escolha é também manifestação da inteligência do homem. Mas o homem é também dotado de vontade e, por isso, pode escolher os seus caminhos. A inteligência, conhecendo os caminhos, tenderá a busca da virtude, do bem, tenderá a alcançar o fim último: Deus. Mas isto depende de uma escolha do homem, não é uma vontade determinada. A questão da escolha é fundamental, pois sem liberdade é impossível colocar a dimensão da moralidade. O outro ângulo da racionalidade do homem é que esta faz a pessoa humana imagem de Deus, cria no homem a exigência de Deus, capacita a pessoa ao conhecimento de Deus.

A dignidade e a perfeição da pessoa humana nos mostram seu valor absoluto. Pedro Nogare diz que "dizer que a pessoa tem um valor absoluto é o mesmo que dizer: a pessoa deve ser considerada sempre como fim e nunca como meio. Ela é sempre meta, nunca instrumento".⁶⁶

Pela capacidade intelectual, o homem transformou-se em autor de desenvolvimento, de progresso. Isso nos remete a uma outra dimensão da pessoa humana que é o homem como ser social. Da própria natureza da pessoa humana decorre seu aspecto social. "Santo Tomás repete com Aristóteles: 'o homem é naturalmente um animal social'".⁶⁷ O desenvolvimento humano depende dos outros, demonstra claramente

65. NOGARE, Pedro Dalle. "A Pessoa Humana em Santo Tomás", *Presença Filosófica* (1, 2 e 3):102-103.

66. *Ibid.*, p. 109.

67. COOK, Terence J. "La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo", *Servicio Social*, 9(9):31.

que o homem necessita viver em sociedade. Podemos dizer como Santo Tomás: “é, portanto, evidente que se considera o homem uma natureza animal, uma natureza sensitiva e uma natureza racional, é necessário que viva como membro de uma multidão”.⁶⁸ É na construção da sociedade que o homem não pode esquecer que o fim da mesma é a felicidade geral. Na vida social as leis devem servir para norteá-la. As leis que têm por base a lei eterna, devem servir ao bem-comum e não ao indivíduo como tal. Diz Gilson: “é mister que a lei vise principalmente à felicidade comum e ao bem-estar da coletividade”.⁶⁹

Ligada à definição de pessoa como ser social está também a de sociedade. Santo Tomás diz que a sociedade é “a união de homens com o propósito de efetuar algo comum”. E essa sociedade deve visar ao bem comum que Santo Tomás define como “o bem estar da sociedade, quando seus benefícios são distribuídos a todos”.⁷⁰

Santo Tomás mostra que existem três espécies de leis que dirigem a comunidade ao bem comum: a lei natural, a lei humana e a lei divina. Por decorrência da natureza humana, o homem, por ser um animal social é um “animal político”, logo, para que haja o bem comum é necessário o Estado. Estado supõe autoridade. E “toda forma de autoridade deriva de Deus, respeitá-la é respeitar a Deus; toda forma de governo, desde que garanta os direitos da pessoa e o bem estar da comunidade é boa...”.⁷¹ O Estado deve respeitar a Igreja. Assim não existe conflito entre fé e razão, e se cada um procura realizar sua tarefa não há conflito entre Igreja e Estado.

Essa visão com relação à autoridade e ao Estado justifica a posição inicial do serviço social brasileiro de não questionamento da ordem

68. AQUINO, Tomás de. *Summa Theológica*, v. 27. De Rege et Regno IV, cap. 3. Apud COOK, Terence J. “La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo”, *Servicio Social*, 9(9):34.

69. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. “S. Tomás de Aquino”. In: *História da Filosofia Cristã*, p. 420.

70. COOK, Terence J. “La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo”, *Servicio Social*, 9(9):44.

71. SCIACCA, Michele Federico. *História da Filosofia*, tomo I, p. 228.

vigente até suas raízes e de buscar sempre apenas reformar a sociedade, melhorando conseqüentemente a ordem vigente.

CÓDIGO DE MALINAS

A filosofia de Santo Tomás, bem como a doutrina social da Igreja, está presente no “Código Social de Malinas”, elaborado pela “União Internacional de Estudos Sociais”, fundada em Malinas, em 1920, sob a presidência do cardeal Mercier. Este influenciou a restauração do neotomismo e marcará sua presença na ação social desenvolvida pelos cristãos. Este código iluminou a ação dos cristãos na chamada questão social e marcará também os assistentes sociais católicos brasileiros. Um dos objetivos da União era “o estudo dos problemas sociais à luz da moral católica”.⁷² A União realizou vários encontros para estudo dos problemas na ótica cristã. Na Assembleia de 1924, o cardeal Mercier, afirma que, apesar do valor dos estudos e debates, os mesmos têm ficado restritos a um grupo de escol. Enfatiza a necessidade de que as reflexões feitas penetrem as massas. E sugere como instrumento uma espécie de catecismo, com essas reflexões e com diretrizes sobre diferentes questões sociais. Referindo-se a esse trabalho, afirma: “...dedicar-se-iam primeiro e principalmente em destacar das nossas crenças e da nossa filosofia, princípios positivos capazes de ditar lei ao apostolado social, à ação política...”.⁷³

O código é constituído de introdução e cinco capítulos: a vida familiar, a vida cívica, a vida econômica, a vida internacional e a vida sobrenatural. Em todos os itens, encontramos os ensinamentos emanados do magistério da Igreja e do Doutor Angélico.

Na Introdução⁷⁴ é que constatamos, com clareza, os princípios referentes ao homem, dos quais salientamos os seguintes:

72. UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOCIAIS, *Código Social*, p. I.

73. *Ibid.*, p. VI.

74. *Ibid.*, p. 11-13.

1. o homem é criado à imagem e semelhança de Deus;
2. o homem é um ser social, não se basta sozinho;
3. o filósofo cristão distancia-se do individualismo e do coletivismo: “...atém-se fortemente às duas extremidades da cadeia, isto é, à eminente dignidade da pessoa humana e à necessidade da sociedade para seu desenvolvimento integral”;
4. “o homem, tendo um destino pessoal, a sociedade é para ele o meio necessário que o ajuda a atingir seu próprio fim”;
5. a economia e a moral estão ligadas. Daí se deduz: “A Igreja, guarda da moral, exerce uma fiscalização legítima sobre a vida econômica”.

NEOTOMISMO NO BRASIL

Apresentaremos os principais representantes — explicitando suas posições — do neotomismo no Brasil que marcaram a formação dos assistentes sociais brasileiros, principalmente os que exerceram em determinados períodos o magistério nas escolas de Serviço Social. Os primeiros assistentes sociais foram marcados pela filosofia de Santo Tomás, recebendo sua doutrina através das disciplinas Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica, entre outras, bem como através dos círculos de estudos. Entre os nomes que registramos, salientamos em São Paulo: Alexandre Correia, Leonardo Van Acker; no Rio de Janeiro: Pe. Roberto Sabóia, que depois se transferiu para São Paulo, Pe. Pedro Cerrutti, Pe. Eduardo Lustosa, Pe. Hélder Câmara, Pe. Leonel Franca e outros das mais diferentes ordens religiosas. O neotomismo em São Paulo está ligado a um dos discípulos do cardeal Mercier — Mons. Charles Sentrout — que trouxe para o Brasil a visão renovada do tomismo, através da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, fundada em 1908, no Mosteiro de São Bento.⁷⁵ Essa Faculdade será um

75. A Faculdade de Filosofia de São Paulo, depois Faculdade de São Bento, foi fundada em 15 de julho de 1908, por iniciativa de D. Miguel Kruse, abade do Mosteiro de São Bento. Contou

foco de irradiação do tomismo, em São Paulo e no Brasil, formando grandes nomes da filosofia e da cultura brasileira. Houve casos de assistentes sociais que antes de frequentarem a escola de Serviço Social fizeram o curso de filosofia no Mosteiro de São Bento, a exemplo de Helena Junqueira. Outro foco de irradiação será o Rio de Janeiro, através do Centro D. Vital, dos jesuítas, e depois através das faculdades católicas, fermento da futura PUC do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a escola de Serviço Social surgiu marcada pelo Serviço Social belga; também ao nível da filosofia, a presença da posição belga se fará através dos professores Leonardo Van Acker e Alexandre Correia. Esses dois nomes tiveram como fonte, em seus estudos, a Universidade de Lovaina e as posições de Mercier.

Leonardo Van Acker

Van Acker nasceu na Bélgica, em 1896, doutor em Filosofia e Letras pela Universidade de Lovaina. Arruda diz: “O professor Leonardo Van Acker dedicou toda a sua vida ao serviço da filosofia. Filósofo, no sentido pleno da palavra, discípulo de Santo Tomás, Van Acker conserva, em sua longa carreira de pensador escolástico, a sólida formação filosófica, haurida nos anos universitários, através dos mestres Mercier, Maritain, Hugon, aos quais ele se refere, com saudosa gratidão”.⁷⁶ Veio para o Brasil, em 1921, e ocupou a cadeira de Filosofia na Faculdade de Filosofia de São Bento. Van Acker, fiel às suas origens filosóficas, busca

com o apoio do arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva. Essa faculdade foi depois agregada à Universidade de Lovaina e, mais tarde, incorpora-se à PUC de São Paulo. Podem-se salientar quatro fases da faculdade: 1) 1908 a 1917, marcada pela presença de Mons. Sentroul; 2) 1922 a 1935, presença de Leonardo Van Acker; 3) 1936 a 1945, reestruturação em face da legislação brasileira e busca do reconhecimento oficial; 4) 1946 em diante, com a criação da Universidade Católica de São Paulo. (Cf. CAMPOS, Fernando Arruda de. *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, p. 70-71) Referindo-se à Faculdade, D. Odilão Moura afirma: “A Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento foi pioneira, entre nós, dos estudos superiores de Filosofia e Letras e, para os leigos católicos, abriu os caminhos da Filosofia pura. Daí o seu significado importantíssimo na história da educação universitária no Brasil e a sua inapreciável contribuição para o pensamento católico”. C. MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, n. 62.)

76. CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e Neotomismo no Brasil*. p. 126.

sempre um diálogo da filosofia tomista com o pensamento moderno. Assim procura fazer com que o neotomismo se firme entre as várias correntes do momento atual. A respeito dessa posição, afirma: “sempre permaneci fiel à minha formação lovainense: repensar a filosofia aristotélica-tomista em contato com a Filosofia e a Ciência vigentes no ambiente”.⁷⁷ O pensador em questão divide o tomismo em três correntes: a dos tradicionalistas, dos restauradores e dos reformuladores. Ele se coloca entre os restauradores. Van Acker foi professor de Princípios da Doutrina Social na Escola de Serviço Social de São Paulo. Realizou várias palestras, entre as quais salientamos a pronunciada em fevereiro de 1941 sobre “As Bases do Serviço Social”.

Alexandre Correia

Outro nome é o de Alexandre Correia que nasceu em 1890. Recebeu sua formação na Faculdade de São Bento. Doutor em Filosofia pela Faculdade de São Bento e pela Universidade de Lovaina. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi aluno da 1ª turma de São Bento, onde em 1922 virá lecionar. “Foi dos leigos católicos que mais contribuiu para o pensamento filosófico nesta terra (São Paulo), dedicando-se toda a vida aos estudos metafísicos e jurídicos”.⁷⁸ Em 1944, traduziu a Suma Teológica de Santo Tomás. Uma de suas preocupações foi a de sempre buscar nos próprios textos do Doutor Angélico, sua filosofia em vez de se servir de comentadores. Segundo D. Odilão, Alexandre Correia é “objetivo na crítica da filosofia moderna, desta soube aproveitar o que havia de verdadeiro e assimilável pelo tomismo”.⁷⁹ Junto com Van Acker, foi professor na escola de Serviço Social em seus primórdios. Segundo Carmelita Yazbek, Alexandre Correia foi professor de Princípios de Filosofia Moral.

77. VAN ACKER, Leonardo. In: MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, p. 165.

78. MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, p. 166.

79. *Ibid.*, p. 167.

Pe. Roberto Sabóia de Medeiros — S. J.

Outro nome que precisamos salientar é o do jesuíta Padre Roberto Sabóia de Medeiros, chamado Apóstolo da Ação Social. Nasceu em 1905, no Rio de Janeiro, e morreu em São Paulo, em 1955. Seu trabalho concentrou-se em São Paulo e no Rio de Janeiro. Pe. Sabóia desenvolveu um trabalho intenso junto às mais diferentes categorias de pessoas. Trabalhou junto aos patrões e operários. Deu sua contribuição ao Serviço Social, quer por suas posições teóricas, quer pela sua ação penetrante no campo social. No campo da filosofia sua postura foi “na direção da metafísica clássica, com algumas aberturas para o pensamento moderno”.⁸⁰ Fez estudos sobre Descartes e foi, no Brasil, um dos estudiosos e divulgadores de Blondel, com quem manteve correspondência sistemática. Fernando Arruda, referindo-se a Pe. Sabóia, afirma: “... defendendo as doutrinas tradicionais da metafísica clássica, ao mesmo tempo que se abre ao diálogo com o pensamento moderno, coloca-se na mesma linha de pensamento de Leonel Franca, sendo, desta forma, um dos mais expressivos representantes do neotomismo no Brasil”.⁸¹ Desenvolveu estudos na área social subordinados à sua visão filosófica e à doutrina social da Igreja. A chamada “questão social” foi uma preocupação constante do Pe. Sabóia. Conhecedor profundo da doutrina social da Igreja, coloca sua vida em função da restauração da sociedade, buscando sempre a harmonia entre as classes. Além de dirigir de maneira especial seu trabalho junto aos patrões e operários, enfatizou sempre a necessidade de se colocar em prática as diretrizes papais. E, neste sentido, conseguiu entusiasmar inúmeros leigos, levando-os ao engajamento. Partindo do livro *Pe. Roberto Sabóia de Medeiros*, do Pe. José Coelho de Souza, podemos destacar, entre as realizações do Pe. Sabóia as que seguem. Atuou nas Semanas Sociais e passou a presidi-las a partir da 5ª sessão realizada em Porto Alegre. Da 4ª Sessão das Semanas Sociais realizada em São Paulo, em 1940, nasceu a “Comissão Permanente de Ação Social”. Esta entidade nasceu com o

80. *Ibid.*, p. 162.

81. CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, p. 108.

objetivo de “estudar, fomentar e aplicar toda espécie de trabalho social, inspirado nas diretivas da doutrina social da Igreja”.⁸² A partir de 1944, passou a chamar-se apenas “Ação Social”. Enquanto esta entidade estava mais voltada para a ação, o Instituto de Direito Social, fundado em 1939, tinha como finalidade o estudo e a divulgação das ideias no campo social. Em 1941, os membros do Instituto fizeram estudos sobre o Código de Malinas. Na “Ação Social” nasceram várias unidades: Escola Superior de Administração “Pandiá Calógeras”; Escola de Desenho Técnico São Francisco de Borja; Faculdade de Engenharia; Instituto Superior de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos; Centro Técnico do Trabalho; Clínica Santo Inácio; Tipografia Canísio e várias publicações. O Serviço Social recebeu também o impulso do Pe. Sabóia, através da “Ação Social” e da revista *Serviço Social*. Vejamos a importância dada pelo Pe. Sabóia ao Serviço Social e sua maneira de ver a ação do Assistente Social, num relato seu ao Pe. Provincial, datado de 1941 e apresentado por Pe. José Coelho de Souza. Diz o Pe. Sabóia que a “Ação Social”, por intermédio da Divisão de Moral Social,⁸³ “ocupa-se no momento com uma intensa campanha entre os industriais paulistas para que cada um tome para sua fábrica um assistente social. A medida é de alcance, porque os conflitos de trabalho que se amiúdam e que às vezes são propositadamente provocados, subindo às Juntas de Conciliação e Julgamento, têm recebido, na maior parte das vezes, soluções indesejáveis. O suborno vai de mãos dadas com a petulância. Aceitando tiradas ocas sobre a miséria de classes proletárias, vai-se espalhando entre os operários a persuasão de que sempre têm direito contra os patrões, e se vai solapando o princípio da autoridade. Quando não, o dinheiro do patrão há de intervir para ter ganho de causa. Ora, não foi este o caminho seguido pela Espanha? Se há remédio parece este consistir em que o assistente social, penetrando na fábrica, eduque o operário, apazígue os ânimos, seja intermediário nos conflitos, e os encaminhe a um Círculo Operário, onde ele possa achar o equilíbrio entre

82. SOUZA, Pe. José Coelho de. *Pe. Roberto Sabóia de Medeiros*, p. 93.

83. A “Ação Social” tinha 5 setores: a Divisão de Moral Social, a Divisão de Cultura Profissional, a Divisão de Medicina Social, a Divisão Trabalhista e a Divisão de Economia Social. CF. SOUZA, Pe. José Coelho de. *Pe. Roberto Sabóia de Medeiros*. p. 90.

as suas exigências e as possibilidades sociais”.⁸⁴ Dentre suas publicações destaca-se a revista *Serviço Social*, que começou a circular em 1939, sob a direção de um grupo de assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência — LBA. Por falta de verba e outros problemas, corria o risco de sair de circulação. É quando o Pe. Sabóia a assume e passa a ter a sua direção a partir do n. 31, de 1943.

Pe. Leonel Franca — S. J.

Há um nome que se destaca no Rio de Janeiro, pelo papel que exerceu junto à intelectualidade e, por consequência, na presença do neotomismo: Pe. Leonel Franca. Nasceu em 1893 e morreu em 1948; doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Viveu a maior parte de sua vida de trabalho no Rio de Janeiro. Foi um dos grandes colaboradores do cardeal Leme. Nos textos que fazem referência ao Pe. Franca — os que conseguimos pesquisar — nem sempre existem posições unânimes. Mas um ponto há em comum: embora o Pe. Franca não tenha sido um filósofo no sentido técnico, exerceu grande influência também no campo filosófico. Isto através de alguns de seus escritos e muito mais pela sua ação educacional e cultural. Referindo-se ao padre, Luís Castagnola diz: “contribui de um modo decisivo para a vitória da filosofia tomista no Brasil...”.⁸⁵ Lidia Acerboni, falando do Pe. Leonel Franca, afirma: “Se considerássemos a contribuição de Leonel Franca ao neotomismo de um ponto de vista ‘estrito’, considerando somente aquilo que ele diretamente trouxe para a redescoberta e a compreensão do tomismo no Brasil, deveríamos talvez concluir com um balanço pobre... Se, pelo contrário, consideramos Leonel Franca de um ponto de vista mais amplo, o do renascimento da cultura católica do Brasil (ou como dizia Jackson de Figueiredo, da ‘recatolização das inteligências’) colocando-o no posto que lhe cabe,

84. Carta do Pe. Sabóia ao Provincial em 1941, apud SOUZA, Pe. José Coelho de. *Pe. Roberto Sabóia de Medeiros*, p. 90.

85. PADOVANI, Humberto; CASTAGNOLA, Luís. “O Pensamento Filosófico no Brasil”. In: *História da Filosofia*, p. 555.

‘no centro de sua geração’, então seu papel aparece como determinante, pelo que concerne ao impulso dado à filosofia”.⁸⁶ É nessa perspectiva que vemos seu trabalho no sentido de criação e concretização das faculdades católicas, futura Universidade Católica do Rio, desejo de Pio XI e do cardeal Leme. E também o seu trabalho junto aos intelectuais que fez através do Centro D. Vital, com cursos, palestras e seus escritos. Diz D. Odilão: “Atuou Pe. Franca multiforme e eficientemente nos meios culturais brasileiros. Diretor espiritual de universitários e intelectuais, estes encontravam nele o orientador prudente e sábio”.⁸⁷ E sua presença se deu também quando da Constituinte de 1934. Com referência à sua produção filosófica, temos livros e artigos. Sua primeira obra e que chegou a mais de 20 edições foi *Noções de História da Filosofia*, escrita em 1918, revista e ampliada nas primeiras edições. Escreveu-a para os jovens, para que tivessem um instrumento de como dar os primeiros passos no campo da Filosofia. No artigo “Caracteres Fundamentais do Tomismo”, de 1929, elenca as seguintes características do tomismo: coesão doutrinal, plenitude, docilidade ao real, respeito à tradição, aberto à possibilidade de progresso. Dadas essas características, afirma em relação à restauração do tomismo: “A restauração moderna da escolástica e, de modo particular, no tomismo, não representa, pois, um movimento fictício e superficial que pretendesse, por instantes, galvanizar um cadáver. É apenas um retomar o fio partido da grande tradição intelectual da humanidade. É o lançar no campo de luta do pensamento moderno a vitalidade de uma síntese do que lhe há de assimilar sem dificuldades, os elementos sadios e salvá-lo da dissolução da anarquia ou da catástrofe de um suicídio”.⁸⁸ Dentre as várias posições do tomismo, em que corrente podemos situar o Pe. Franca? D. Odilão afirma: “Não é muito fácil descobrir qual a linha tomista que segue Pe. Franca”.⁸⁹ No seu livro *Noções de História da Filo-*

86. ACERBONI, Lidia. *A Filosofia Contemporânea no Brasil*, p. 142-144.

87. MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, p. 138.

88. FRANCA, Pe. Leonel. “Caracteres Fundamentais do Tomismo”. In: *Alocuções e Artigos*, p. 27.

89. MOURA, D. Odilão. *Idéias Católicas no Brasil*, p. 139.

sofia, Pe. Franca distribui as correntes neotomistas em três, sendo uma mais conservadora, outra mais progressista e finalmente a mais compreensiva. Parece situar-se nesta terceira corrente sobre a qual afirma: “Nem tudo é para rejeitar depois de Descartes. A fidelidade, não tanto à letra quanto ao espírito de Santo Tomás, impõe o dever de repensar as questões modernas, em função de sua problemática atual”.⁹⁰ Serpillanges, Rousselot e Marechal assumem essa posição segundo Franca. Van Acker, dentre as correntes que distinguem o neotomismo, coloca o Pe. Franca dentro da corrente tradicionalista. Na análise das várias correntes filosóficas e na relação que estabelece com o tomismo, o Pe. Franca sempre se preocupou em discernir o sistema verdadeiro dos errôneos. E acreditava na existência de uma filosofia verdadeira, pois “a existência de uma filosofia única e certa é a consequência óbvia da aptidão natural das potências cognoscitivas para a consecução da verdade”.⁹¹ Esta posição do Pe. Leonel Franca não o impediu de estabelecer contato com correntes mais progressistas. Mas, mesmo aberto ao seu tempo e ao diálogo com outras correntes filosóficas, Franca situou-se dentro de uma perspectiva mais ortodoxa do tomismo. Sua maior preocupação centrou-se mais na relação Filosofia e Teologia do que Filosofia e Filosofia, posição esta do núcleo de São Bento, em São Paulo. No início da restauração do tomismo, Franca vê como grandes centros a Universidade Gregoriana e a Universidade de Lovaina. Entre o tomismo lovainense e romano preferiu este último. Tendo em vista seu papel de liderança intelectual no Rio de Janeiro e sua ligação com as faculdades católicas, exerceu influência na Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Pe. Eduardo Magalhães Lustosa — S. J.

Pe. Eduardo foi professor de Ética, Diretor da Faculdade Católica de Direito do Rio de Janeiro e primeiro redator da Revista *Verbum*. Segundo o Anuário das Faculdades Católicas do Rio de Janeiro, foi

90. FRANCA, Pe. Leonel. *Noções de História da Filosofia*, p. 259.

91. CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e Neotomismo no Brasil*, p. 100.

diretor da Escola de Serviço Social, em 1944, bem como professor de Doutrina Social e Moral Social. Escreveu várias monografias jurídico-sociais. Pe. Lustosa nasceu em 1905 e morreu em 1945.⁹²

Pe. Pedro Cerrutti — S. J.

Pe. Pedro foi professor da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro logo no seu início, quando da fundação pelo Instituto Social. Publicou *Caminho da Verdade Suprema*. Apresenta nesse livro a teologia da Igreja. Na parte preliminar aborda problemas filosóficos, mostrando ser fiel seguidor da doutrina do Angélico.⁹³

JACQUES MARITAIN E O HUMANISMO INTEGRAL

Jacques Maritain e sua presença entre nós

Não podemos encerrar esta nossa rápida abordagem sobre o neotomismo sem uma referência explícita sobre Jacques Maritain. Foi ele o grande filósofo cristão do século XX que retomou com propriedade o legado de Santo Tomás. A sua obra escrita foi vasta, seu testemunho cristão foi marcante em várias gerações e suas ideias filosóficas e políticas influenciaram a muitos em todo o mundo e no Brasil.

Viveu intensamente seus 91 anos. A busca da verdade foi uma constante em sua existência. Sua longa vida, no dizer do próprio Maritain, pode ser dividida em 6 fases. Em uma entrevista concedida a Antonio Carlos Villaça, quando completava 90 anos, apresentou-nos essas seis fases. Vejamos suas colocações. A primeira fase vai do nascimento a 1910. Esse período é vital, pois descobre Raïssa, Bergson e Leon Bloy. Converte-se ao catolicismo e descobre Tomás de Aquino. A segunda fase, de 1910 a 1939, o período de Magistério em Paris, da crise da Action Française e a fase intensa do humanismo integral, que se

92. Cf. *ibid.*, p. 172.

93. Cf. *ibid.*, p. 114.

inicia em 1934. A terceira fase, de 1939 a 1945, seu exílio em Nova York. A quarta fase, de 1945 a 1948. Nesse período foi embaixador do governo francês junto à Santa Sé. Nessa época escreveu *A Existência e o Existente*, fruto de seus estudos sobre o existencialismo. A quinta fase é a do magistério nos Estados Unidos, de 1945 a 1960. É nessa estada nos Estados Unidos que escreveu *A Filosofia Moral*. E, finalmente, a sexta fase, de 1960 até sua morte, em 1973. Este período é marcado pela morte de sua grande companheira Raïssa e de sua entrada na Fraternidade dos Irmãozinhos de Foucauld.⁹⁴

Dissemos acima da influência exercida por Jacques Maritain. Um de seus grandes discípulos, Alceu Amoroso Lima, em um artigo publicado em 1972, analisou “A influência de Maritain na América Latina”. Nesse artigo, Alceu Amoroso Lima mostra que no final do século passado e começo do atual, havia uma separação entre os intelectuais e a religião, no conjunto da América Latina, e, conseqüentemente, no Brasil, por influência do evolucionismo naturalista, do positivismo e do agnosticismo. A conversão de Jacques e seus escritos possibilitaram um reencontro entre a intelectualidade e a Igreja. Suas ideias penetraram sem muitas discussões, pois se deu na perspectiva religiosa. Alceu Amoroso Lima afirma: “A princípio a obra religiosa e filosófica de Maritain agiu num plano estritamente espiritual e intelectual, no sentido de uma conversão dupla das gerações jovens, ou melhor, de certas mentes da geração jovem... A obra de Maritain, portanto, antes do Humanismo Integral, foi recebida, por assim dizer, sem *discussão*, como a obra de um mestre que nos reconduziu a nossas raízes espirituais históricas e ao mesmo tempo disciplinou nossas inteligências jovens em desordem, mas ansiosas por uma nova ordem que não se constituísse em retorno ao passado, mas uma abertura para o futuro. Seu brilho foi, por isso, limitado, mas decisivo, e acima de tudo, indisputável. Do ponto de vista filosófico, agiu como uma *terra de ninguém* sem contraditores. Do

94. Cf. VILLAÇA, Antonio Carlos. “Jacques Maritain, 90 Anos”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972, p. 4. Caderno B.

ponto de vista social, representou uma certa reconciliação entre a *inteligência*, que perdera suas raízes religiosas, e o povo que as conservara”.⁹⁵

Mas sua presença não se limita à esfera religiosa, suas posições filosóficas não ficaram apenas na Metafísica, mas foram colocadas no campo prático, no campo social e político. Um marco dessas posições vemos em aulas ministradas em 1934 que depois se transformaram no livro *Humanismo Integral*, publicado em 1936. Diferente de suas posições filosóficas e religiosas, que foram aceitas sem contestações, suas posições no campo social e político provocaram posições e debates contraditórios na América Latina e no Brasil. A reação foi violenta, pois os que detinham o poder percebem uma pregação doutrinária que enfatiza uma ação prática que leva a Igreja a mudar de posição e, ao invés da relação igreja-Estado, começa a delinear uma relação Igreja-Povo, conforme nos diz Alceu A. Lima. Analisando esse fato, Tristão de Ataíde assim se expressa: “Antes de atingir os interesses econômicos e políticos e, sobretudo, as instituições do *status quo* tradicional, suas ideias eram recebidas com reverência ou, pelo menos, com respeito mesclado a uma admiração à distância. Mas quando começou a esbarrar nas instituições ou nas convicções pessoais erigidas no espírito da burguesia dominante, ou nas tradições dos feudalismos existentes, Maritain desceu de seu paraíso metafísico às arenas de combate das ideias e dos mais sangrentos preconceitos”.⁹⁶

No Brasil, podemos encontrar repercussões concretas das posições de Maritain, no movimento de legislação social e na Constituição de 1934. A luta por uma legislação social emerge em toda a América Latina e as posições de Maritain se fazem presentes. No Brasil, os seguidores de Maritain, em sua geração inicial, estarão unidos em torno do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*. Em 1946, temos um número especial de *A Ordem*, sobre Maritain. Vejamos os nomes de alguns discípulos do grande mestre: Alceu Amoroso Lima, Afrânio Coutinho, Edgar de Godói da Mata Machado, Gustavo Corção, João Camilo de

95. LIMA, Alceu Amoroso. “A influência de Maritain na América Latina”, *Jornal do Brasil*, 18 dez. 1972, p. 4, C. B.

96. *Ibid.*, p. 4. C. B.

Oliveira Torres, Pe. Orlando Machado, Pe. Juvenal Arduini e outros. Em 1936, Maritain passou pelo Brasil, tomou posse de membro correspondente da Academia Brasileira de Letras e pronunciou conferência no Centro D. Vital, no Rio de Janeiro.

Suas ideias políticas marcarão os partidos democrata-cristãos que surgem pela América Latina. Esse movimento democrata-cristão nasce entre 1947 e 1949. Em 1949, temos um documento assinado por Dardo Regulas, do Uruguai, Eduardo Frei, do Chile, Manuel Ordonez, da Argentina, Alceu Amoroso Lima, do Brasil e representantes da Colômbia e do Peru, dando início ao movimento. Desse movimento político, tivemos duas experiências concretas por dois discípulos de Maritain. Trata-se de Eduardo Frei, no Chile e Rafael Caldera, na Venezuela.

As ideias políticas e sociais de Jacques Maritain, a ideologia do Humanismo Integral exerceram influência também junto à Juventude Universitária Católica — JUC. A partir da década de 1950, o movimento precisava de unidade e de um instrumental teórico. No dizer de José Luiz Sigrist, a JUC encontrou esse instrumental no *Ideal Histórico*, tendo em vista que os assistentes eclesiais eram conhecedores da obra de Jacques Maritain e, em particular, do *Humanismo Integral: Uma visão nova da Ordem Cristã*. E mostrando a importância desse fato para o movimento, Sigrist afirma: “Impulsionado pelo Ideal Histórico o movimento ganha impulso e experimenta momentos de *grande dinamismo* e força”.⁹⁷

No Serviço Social brasileiro, o grande filósofo cristão esteve presente através das aulas de Filosofia, Ética, Moral, Doutrina Católica desenvolvidas nos cursos de Serviço Social. Suas posições virão também até o Serviço Social pela Ação Católica, pelo movimento de reforma que marca a Igreja após Leão XIII e Pio XI.

O ideal histórico

Maritain não limitou sua filosofia à Metafísica, mas apresentou também uma reflexão dentro da filosofia prática. Como vimos, suas

97. SIGRIST, José Luiz. *Fenomenologia da Consciência Universitária Cristã no Brasil*, p. 39.

ideias, quer religiosas, quer políticas e sociais, foram encarnadas por muitos no decorrer deste século. A nível da filosofia prática, das ideias políticas e sociais, propôs o *humanismo integral*. Diante de um mundo marcado pela mediocridade e pelo humanismo liberal-burguês, Maritain questiona o papel dos cristãos e diz que a tarefa destes é de suscitar “...uma força cultural e temporal de inspiração cristã capaz de agir na história e ajudar os homens... Trabalhariam eles então para substituir, ao regime inumano que agoniza aos nossos olhos, um novo regime de civilização que se caracterizaria por um *humanismo integral*...”.⁹⁸ O empenho de fazer surgir esse humanismo deve passar por uma mudança da sociedade em que vivemos. Necessário se faz construir uma nova cristandade. Esta é uma exigência, face às tensões vividas entre o mundo moderno e a Igreja. Sua proposta foi também uma resposta, face ao empenho da reforma social assumida por muitos militantes católicos, inclusive assistentes sociais. O projeto de Maritain propõe uma nova cristandade, a exemplo da Idade Média, só que não mais sacral, mas profana. Essas suas ideias foram pronunciadas, em 1934, na Universidade de verão de Santander e publicadas em 1936. Apresentaremos, em seguida, as ideias básicas de sua proposição, tendo por base seu livro: *Humanismo Integral — Uma visão nova da Ordem Cristã*.

Noção do ideal histórico

“Que entendemos por ‘ideal histórico concreto’? É *uma imagem prospectiva* que significa o tipo particular, o tipo específico de civilização ao qual tende certa era histórica.

Quando um Tomás Morus ou um Fénelon, um Saint-Simon ou Fourier construía uma *utopia*, era um *ser de razão* que construía, isolado de toda existência datada, e de todo clima histórico particular, exprimindo um máximo *absoluto* de perfeição social e política, e da arquitetura do qual a minúcia imaginária é levada tão longe quanto possível, por isto que se trata de um modelo fictício proposto ao espírito *no lugar* da realidade.

98. MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral — Uma visão nova da Ordem Cristã*, p. 7.

Ao contrário, o que chamamos *ideal histórico concreto* não é um ser de *razão*, porém uma *essência ideal* realizável (mais ou menos dificilmente, mais ou menos imperfeitamente é outro caso, e não como uma obra feita, mas como obra que se está fazendo), uma essência capaz de existência e chamando a existência para um dado clima histórico, correspondendo por consequência a um máximo *relativo* (relativo a este clima histórico) de perfeição social e política, e apresentando somente — precisamente porque implica uma ordem efetiva à existência concreta — as linhas de força e os esboços ulteriores determináveis de uma realidade futura”.⁹⁹

Noção de cristandade

“Ademais, é do ideal histórico de uma *nova cristandade* que trataremos... Lembremos que essa palavra cristandade (tal como a entendemos) designa certo regime comum *temporal* cujas estruturas denotam, em graus e segundo modos de resto muito variáveis, a marca da concepção cristã da vida. Só existe uma verdade religiosa integral; só há uma Igreja católica: pode haver várias civilizações cristãs, cristandades diversas.

Falando de uma nova cristandade, designamos pois um regime temporal ou uma era de civilização cuja forma animadora seria cristã e corresponderia ao clima histórico dos tempos em que entramos”.¹⁰⁰

A cidade temporal e suas características

Constatamos que três são as características básicas de qualquer ordem temporal: comunitária, personalista e peregrinal.

Dimensão comunitária — Enfatiza o bem-comum material e moral, como fim próprio e especificador, não se identificando com a soma dos bens individuais, sendo superior, pois os indivíduos fazem parte do todo social.

99. Ibid., p. 101-102.

100. Ibid., p. 106.

Dimensão personalista — Os fins supratemporais da pessoa humana devem prevalecer. “Em outros termos, o bem-comum temporal é *fim intermediário ou infravalente*: tem sua especificação própria, pela qual se distingue do fim último e dos interesses eternos da pessoa humana; mas em sua especificação mesma está envolvida sua subordinação a este fim e a estes interesses, dos quais recebe suas medidas dirigentes”.¹⁰¹

Dimensão peregrinal — A cidade temporal é um momento na caminhada do homem para chegar ao seu fim último. E a sociedade é constituída não de pessoas instaladas, mas a caminho. Mas, isto não dispensa o homem de fazer a terra um lugar onde a pessoa humana se sinta bem através de uma estrutura social boa e apta a ser vivida por todos.

O princípio de Analogia

Para falarmos em nova cristandade é preciso termos claro um princípio fundamental: o da analogia.

A Idade Média concretizou os caracteres da cristandade dentro de seu tempo histórico. É possível falar de uma nova cristandade, que não consiste em repetir a Idade Média, mas em fazer acontecer dentro de nosso tempo os ideais do cristianismo. As características que nortearam a cidade temporal na Idade Média: a comunitária, a personalista e peregrinal devem estar presentes na nova cristandade, mas de maneira diferente. E isto podemos entender pelo princípio de analogia. “Não variam os princípios, nem as supremas regras práticas da vida humana: mas se aplicam segundo maneiras essencialmente diversas, que só correspondem a um mesmo conceito segundo uma similitude de proporções”. Daí que “...deve uma cristandade nova, nas condições da era histórica em que entramos, encarnando os *mesmos princípios* (análogicos), ser concebida segundo um tipo *essencialmente* (especificamente) distinto daquele do mundo medieval... Pensamos que uma nova era

101. Ibid., p. 110.

do mundo permitirá aos princípios de toda civilização vitalmente cristã realizarem-se segundo um novo ‘analogado’ concreto”.¹⁰²

Cristandade Medieval

O ideal histórico da Idade Média era dirigido por duas forças: “de um lado a ideia (...) da força ao serviço de Deus, de outro lado, esse fato concreto de que a própria civilização temporal era de alguma sorte uma função do sagrado, e implicava imperiosamente a unidade da religião”.¹⁰³

A concepção cristã sacrotemporal da Idade Média continha 5 notas típicas: tendência para uma unidade orgânica qualitativamente máxima; predomínio do papel ministerial do temporal em relação ao espiritual; emprego do aparelho temporal para fins espirituais; diversidade de “raças sociais” e obra comum: um império de Cristo a edificar.

Nova Cristandade

O ideal de uma nova cristandade, tendo por base os princípios da Idade Média (por analogia), fundamenta-se numa concepção profana cristã e não sacral cristã do temporal.

A nova cristandade tem 5 notas características:

Pluralismo: a sociedade será marcada por um pluralismo social, econômico e jurídico. Haverá a busca de uma unidade mínima “seu centro de formação e de organização sendo situado na vida da pessoa, não ao nível mais elevado dos interesses supratemporais desta, mas ao nível do plano temporal ele próprio. E é em virtude disto que esta unidade temporal ou cultural não requer de si mesma a unidade de fé e de religião...”.¹⁰⁴ Haverá portanto uma unidade mínima com base nos princípios éticos comuns.

102. *Ibid.*, p. 110.

103. *Ibid.*, p. 114.

104. *Ibid.*, p. 136.

Autonomia do temporal: existe uma autonomia do temporal a título de fim intermediário ou infravalente. “Desembaraça-se destarte e se precisa a noção de *cidade leiga vitalmente cristã* ou de *Estado leigo cristãmente constituído*, isto é, de um Estado em que o profano e o temporal possuem plenamente seu papel e sua dignidade de fim e de agente principal — porém não de fim último nem de agente principal, mas elevado”.¹⁰⁵

Liberdade das pessoas: ao invés da força ao serviço de Deus (Idade Média) temos a conquista da liberdade. Não a liberdade do liberalismo e nem do poder do Estado “mas, sim, da autonomia das pessoas, que se confundem com sua perfeição espiritual”.¹⁰⁶

Unidade de raça social: dentro da nova cristandade deve-se respeitar a igualdade fundamental das pessoas e assumir uma democracia personalista.

Obra comum: uma comunidade a realizar: a construção da sociedade não seria obra divina a ser realizada pelo homem, mas uma tarefa humana marcada pelo divino. E a cidade temporal deve ter por base a dignidade da pessoa humana, sua vocação espiritual e amor fraternal.

A construção da nova sociedade é uma tarefa de todos e é através da concretização do ideal histórico que o cristianismo poderá salvar a nossa civilização. Trata-se de reconstruir totalmente a sociedade como diz Maritain: “A civilização moderna é uma vestimenta muito usada, não se podem colar nela novos pedaços, é uma reconstrução total e como que substancial que está em causa, uma subversão dos princípios da cultura, pois se trata de atingir a um primado vital da qualidade sobre a quantidade, do trabalho sobre o dinheiro, do humano sobre a técnica, da sabedoria sobre a ciência, do serviço comum das pessoas humanas sobre a ambição individual de *enriquecimento* indefinido ou a vontade estatista de poder ilimitado”.¹⁰⁷

105. *Ibid.*, p. 140.

106. *Ibid.*, p. 141.

107. *Ibid.*, p. 164.

A PRESENÇA NORTE-AMERICANA NO INÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ATRAVÉS DO NEOTOMISMO E DO FUNCIONALISMO

PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS

Na década de 1940, um fato novo vai marcar a vida do Serviço Social brasileiro: o Serviço Social norte-americano, cuja presença será marcante nas décadas seguintes. Nesse período, a presença europeia ainda é muito significativa, mas gradativamente o eixo de influência mudará. A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 1940 e no início da de 1950, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte-americanas. Nesse período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas. Maria de Lourdes Medeiros falando da presença americana afirma: “Assim como a Europa nos abriu às ideias e aos princípios filosóficos, os EUA nos despertaram para a práxis”.¹⁰⁸

O intercâmbio do Serviço Social norte-americano com o latino-americano e consequentemente com o brasileiro é marcado pelo convite formulado pelo governo dos Estados Unidos da América do Norte aos diretores das escolas de Serviço Social da América Latina para participarem da Conferência Nacional de Serviço Social que se realizou em Atlantic City, promovida pela American Association of Schools Work, em 1941.

Entre outras, uma das conclusões dessa conferência “foi a decisão de instituições norte-americanas de oferecer bolsas de estudos a assistentes sociais sul-americanos, para aperfeiçoamento e especialização em escolas de Serviço Social norte-americanas”.¹⁰⁹ Esse programa de

108. MEDEIROS, Maria de Lourdes; CASTILHO, Lúcia G. *O Serviço Social e suas perspectivas face o progresso de desenvolvimento*, p. 4.

109. YAZBEK, Maria Carmelita, *Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo ao período de 1936 a 1945*, p. 56.

bolsas de estudos se intensificará após a ida das primeiras bolsistas e chegará ao seu fim em 1957. Odila Cintra, numa conferência em 1958, afirma que, após o primeiro contato em 1941, “O largo programa de bolsas de estudos, posteriormente instituído pelo governo americano, intensificou fortemente esse intercâmbio. (No ano passado (1957), tendo o Brasil colocado o Serviço Social em 28ª lugar na escala de prioridades, as bolsas de estudos para o Serviço Social foram cortadas do programa do Ponto IV)”.¹¹⁰

Apresentaremos a seguir um quadro que contém as primeiras bolsistas do Brasil. Salientamos que uma das preocupações das referidas bolsistas — dada sua formação no Brasil — era procurar nos Estados Unidos as escolas de Orientação Católica. Utilizaremos o quadro apresentado por Arlete Lima.

Assistentes sociais do Rio e de São Paulo	Ano de ingresso na ESS	Universidade ou Instituições americanas	Período
Maria Josefina Rabello Albano (RJ)	1936	New York School of Social Work	1941/43
Marília Diniz Carneiro (RJ)	1938	Fordhan University School of Social Service	1942/44
Nadir Kfourri	1936	Universidade de Washington National Catholic School of Social Service	1942/43
Balbina Ottoni Veira (RJ)	1941	National Charities Nova York	1943/43
Maria Helena Correia de Araujo (RJ)	1942	National Catholic School of Social Service, Washington	1944/46
Helena Iracy Junqueira (SP)	1936	Universidade de Pittsburg, Pensilvânia	1944/45

111

110. FERREIRA, Odila Cintra. “Serviço Social no Brasil de Ontem, de Amanhã”. In: PINOTTI, M. et al. *O Serviço Social no Brasil*, p. 54.

111. LIMA, Arlete Alves. *A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil*, p. 123.

O programa de bolsas de estudos não é um fato isolado nas relações com os Estados Unidos. Insere-se num quadro maior de intervenção dos Estados Unidos da América do Norte na América do Sul e coloca-se dentro da política de Boa Vizinhança de Washington. Até o início da 2ª Guerra, o Brasil mantinha um maior relacionamento com os países europeus e, em particular, com a Alemanha e a Inglaterra. Essas relações sempre foram cultivadas pelo governo de Vargas, pois a maioria de seus ministros nutriam simpatia pela posição nazista alemã. Os Estados Unidos procuram aproximação com o Brasil e encontram no Ministério das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, um aliado. Em 1939, em missão aos Estados Unidos, o ministro consegue resolver o problema cambial e faz acordos militares. Seguem-se outros cinco acordos. Carone diz: “À aproximação militar, desejada pelos americanos, seguem-se cinco acordos, assinados em 9 de março de 1939...”.¹¹² Dentro dessa política de aproximação do Brasil por parte dos Estados Unidos, o governo norte-americano, em 1940, coloca à disposição do Brasil empréstimos a longo prazo em troca de garantias para suas bases militares. Dentre esses empréstimos, temos o de 20 milhões de dólares para a Companhia Siderúrgica Nacional. Analisando esse fato, Skidmore afirma: “Esse apoio ao investimento público na indústria básica, em um país subdesenvolvido, refletia uma mescla de motivos, do ponto de vista norte-americano. Por um lado, demonstrava o desejo da administração New Deal, de Roosevelt, de dar substância econômica à política de Boa Vizinhança. Ao mesmo tempo, representava uma tentativa de realizar antigas ambições americanas de maior penetração comercial na América Latina. Através das novas e heterodoxas medidas de ajuda governamental dos Estados aos programas de industrialização dirigidos pelo Estado. A boa vontade americana era, indubitavelmente, acrescida pelo conhecimento de que Vargas havia negociado ativamente, com a Alemanha nazista, a ajuda para a montagem de uma indústria siderúrgica”.¹¹³ Em continuação à política de Boa Vizinhança, em 1942, o governo de Washington enviou a Missão Cooke que fez um levanta-

112. CARONE, Edgar. *O Estado Novo*, p. 100.

113. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 68.

mento dos recursos brasileiros em função do planejamento de mobilização brasileira. Nesse mesmo ano, em vista das necessidades norte-americanas de matérias-primas, em virtude da 2ª Guerra e da política de aproximação, foram celebrados os famosos Acordos de Washington. Assim como houve os acordos na área financeira, aconteceram os da área cultural. Em termos de Serviço Social, esses acordos significaram a mudança na sua prática com a importação de técnicas de Serviço Social de Casos de início, depois de Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o chamado Serviço Social de Casos era o mais desenvolvido. O Serviço Social de Caso recebeu, de início, uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. Isso se fez possível dado o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, o que não era o caso do Brasil. Mas, como o Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço Social norte-americano aparece como solução. E essa influência virá até nós pelas bolsistas, que foram estudar na América do Norte. Referindo-se a esse período, assim se expressa Carmelita Yazbek: “A influência norte-americana está relacionada neste início, principalmente aos aspectos de instrumentação para o Serviço Social”.¹¹⁴ E acrescenta — mostrando a passagem da fase franco-belga para a americana — “E, em contraposição a um período pleno de conteúdos filosóficos, começa a impor-se uma fase de conteúdo técnico e metodológico. Um grande esforço, no sentido de racionalização da ação do Serviço Social começa a se fazer notar”.¹¹⁵

Com a vinda do Serviço Social americano vem para o Serviço Social brasileiro a perspectiva funcionalista. Essa perspectiva marca preponderantemente o Serviço Social no Brasil. O funcionalismo marcará sua presença através das Ciências Sociais com Durkheim, Malinowski, Parsons e mais recentemente Merton.

114. YAZBEK, Maria Carmelita. *Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*, p. 58.

115. *Ibid.*, p. 60.

A CONVIVÊNCIA ENTRE OS POSTULADOS CRISTÃOS E NEOTOMISTAS E AS TÉCNICAS NORTE-AMERICANAS

De início, nas relações Brasil-Estados Unidos em termos de Serviço Social, teremos a importação das técnicas. A fundamentação do método e das técnicas não era lida e analisada. O que se buscava, conforme depoimentos verbais de assistentes sociais que viveram esse período, era uma fundamentação em autores neotomistas ou de doutrina social da Igreja. Ainda segundo os depoimentos, havia traduções de livros referentes aos processos de caso, grupo e comunidade, mas nem sempre eram traduções do livro inteiro, mas apenas dos capítulos referentes às técnicas. É claro que gradativamente vai entrando também a visão funcionalista presente nos métodos e na maneira de empregar as técnicas.

Embora gradativamente o funcionalismo ganhe corpo, constatamos, ao analisar os programas de filosofia de 48,6% das 37 escolas existentes no período de 1936 a 1970, a presença marcante do neotomismo até início da década de 1960. A presença do neotomismo até esse período se justifica pelo desenvolvimento que ele vai ter entre nós, no período de 1950, com a influência de Jacques Maritain, pela presença da UCISS e pela elaboração do tomismo nos Estados Unidos e Canadá, articulando seus pressupostos de Caso, Grupo e Comunidade. Para o desenvolvimento do tomismo na América do Norte, foi fundamental a presença de Maritain, que viveu longos anos nos Estados Unidos. Acreditamos que a influência funcionalista não foi a única herdada dos Estados Unidos — embora possa ser predominante — recebemos também e concomitantemente uma influência neotomista fundamentando as técnicas encontradas pelo Serviço Social norte-americano.

Para análise do neotomismo e da presença católica nesse período, utilizamos, entre outros, os seguintes artigos: “La nature et les principes fondamentaux du Social Case-Work”, de Swithum Bowers, O. M. I.; “O ensino e a prática do Serviço Social de Casos em face do espírito cristão”, de Nadir Kfoury (1956); “Serviço Social de Grupo”, de A. Izquierdo (1956) e “Serviço Social de Comunidade”, de Helena Iracy

Junqueira (1956) e a Tese de Doutorado do Pe. Terence J. Cook sobre “A Filosofia Tomista en los principios del Servicio Social de Grupo”, publicada pela Revista de *Servicio Social*, Lima, em 1951.

A presença cristã e os processos de Caso, Grupo e Comunidade

Utilizaremos neste tópico os artigos de Nadir Kfourri, A. Izquierdo e Helena Junqueira, escritos para relatar uma pesquisa feita a respeito do ensino, método e da prática em caso, grupo e comunidade. Nessa pesquisa, um aspecto fundamental foi analisar os três métodos e o espírito cristão. Cada uma das assistentes sociais acima enviou um questionário para as escolas de Serviço Social. Os artigos que ora utilizamos foram publicados na Revista *Serviço Social*, n. 78, de 1956. Utilizamos a análise das questões que se referem aos métodos em face do espírito cristão.

Quanto ao Serviço Social de Caso, vejamos alguns pontos. Inicialmente, Nadir Kfourri mostra que algumas escolas não aceitavam o título dado ao método, pois argumentavam que “caso” estaria ligado ao anonimato e reduziria a pessoa a “coisa”; contrariando dessa forma os objetivos e intenções do Serviço Social de Caso. A autora acredita que essa argumentação é que fez com que os assistentes sociais canadenses dessem o título de “service social personnel” ao método.

Sobre a questão dos “princípios em que a conceituação do método se assenta”, vemos o seguinte: “O conjunto de escolas reconhece que o serviço social de casos, dentro de uma concepção cristã, tem por princípio primeiro o respeito à personalidade do cliente, enquanto este é uma pessoa e dotado de um destino sobrenatural. Logo, enquanto ser inteligente, livre e detentor de uma alma espiritual e destinado a uma transcendência da ordem temporal”.¹¹⁶ Com referência ao respeito à personalidade que constitui o “embasamento do método de casos” e dos princípios que dele decorrem, existem escolas que “destacam os

116. KFOURI, Nadir. “O Ensino e a Prática do Serviço Social de Casos em face do Espírito Cristão”, *Serviço Social*, (78):110.

formulados pelo Padre SWITHUM BOWERS, O. M. I., em seu estudo “A Natureza e os Princípios do Serviço Social de Casos” e a saber: individualização, autodeterminação, não julgamento, aceitação, relacionamento”.¹¹⁷ Com referência a esses princípios, os professores utilizam e orientam-se pelos escritos de Padre FELIX BIESTEX.

Com relação à bibliografia utilizada, Nadir Kfourri salienta o seguinte: “O livro de HAMILTON GORDON, *Theory and Practice of Social Case Work*, é reputado básico pelos professores na parte do ensino da técnica. Para a sua fundamentação, recorre-se ultimamente à série de publicações já citadas, dos Padres SWITHUM BOWERS e FELIX BIESTEX...”¹¹⁸ O Serviço Social de Caso foi o primeiro a ser ensinado no Brasil, passando pela corrente sociológica e chegando à psicológica. A tarefa de ligar as técnicas aos princípios cristãos, no dizer de Nadir Kfourri, não foi difícil, dado que o Serviço Social nos Estados Unidos se baseava em princípios democráticos, contudo “foi excelente a acolhida aos estudos realizados por pensadores católicos que — através da análise crítica e construtiva dos elementos constitutivos do método à luz dos princípios cristãos — ensejaram maior segurança ao trabalho paulatinamente elaborado pelos professores de nossas escolas”.¹¹⁹

Concluindo, Nadir Kfourri mostra que a maioria das escolas no Brasil eram de orientação católica e que, portanto, é possível afirmar que no Brasil — em 1956 — o Serviço Social de Casos é aplicado dentro do espírito cristão. E partindo da colocação de Santo Tomás, que afirma ser preciso um mínimo indispensável de condições, afirma: “que o emprego do método de serviço social de casos deve ser concebido como parte integrante de um amplo trabalho social em que as demais técnicas sejam utilizadas haja vista aquelas que contribuam para a organização social da comunidade. E se possa, destarte, desenvolver uma atuação realmente eficaz em benefício da criatura humana, cujo bem-estar constitui em última análise a finalidade de todo trabalho social”.¹²⁰

117. *Ibid.*, p. 111.

118. *Ibid.*, p. 115.

119. *Ibid.*, p. 111.

120. *Ibid.*, p. 115.

Com relação ao *Serviço Social de Grupo*, A. Izquierdo, em seu trabalho sobre o assunto e na questão referente à relação entre o Serviço Social de Grupo e os princípios cristãos, constatou dois grupos de resposta: “Um que assimila os princípios gerais da Caridade e Justiça que informam todo trabalho social católico e outro respondeu referindo-se ao trabalho do Revdo. Pe. Cook no qual orienta os princípios cristãos desta técnica por pontos absolutamente concordantes com a filosofia de Sto. Tomás”.¹²¹

Outro ponto interessante incluído no questionário foi a relação do método de grupo com os princípios sobrenaturais do Corpo Místico de Cristo¹²² e da Comunhão dos Santos. No dizer da autora “esses princípios podem ser para o Serviço Social de Grupo um estímulo fecundo e um símbolo maravilhoso e podem contribuir poderosamente para levar o homem a obter a realização nesta terra do Reino de Deus”.¹²³

Vejamos agora o sentido cristão no *Serviço Social de Comunidade*, analisado por Helena I. Junqueira. Os princípios com relação ao conceito de Serviço Social de Comunidade são: A doutrina da pessoa humana, da comunidade e do bem-comum. Princípios com relação ao método: algumas escolas não veem distinção entre católicos e não católicos. Outras salientam que o trabalhador social “deverá animar seu

121. IZQUIERDO, A. “Serviço Social de Grupo”, *Serviço Social*, (78): 152.

122. A autora enfatiza a importância da Doutrina do Corpo Místico de Cristo para o Serviço Social de Grupo. Esta posição da autora é de 1956, data em que podemos perceber ainda a ênfase católica no Serviço Social. Essa doutrina parte da analogia com o corpo humano que tem uma cabeça e vários membros. Assim o Corpo Místico de Cristo tem muitos membros: os cristãos. Cristo é a Cabeça da Igreja, pois é seu fundador. É Ele que a sustenta e a faz caminhar. Ele dá a vida através dos Sacramentos. E na sua vida visível, a Igreja, esse corpo, é governada e dirigida pelo Papa, vigário de Cristo. E esse corpo é Místico, porque contém a marca da natureza divina, pois Cristo-Deus é que a constituiu e santificou com seu Espírito. Dentro da Igreja, a presença de cada membro é considerada vital: o que cada membro faz repercute no corpo todo. Daí seu caráter eminentemente comunitário. Dada essa dimensão comunitária é que essa doutrina é vista como básica para o Serviço Social de Grupo, pois no trabalho em grupo todos os elementos são importantes e devem cooperar para o seu bom funcionamento. A Doutrina do Corpo Místico de Cristo encontra em nosso século uma sistematização através da Encíclica *Mystici Corporis Christi*, de Pio XII. A encíclica foi escrita durante a 2ª Guerra Mundial, quando várias nações estavam em luta e o Papa chama a atenção para os cristãos dessas nações que são membros de um mesmo corpo: a Igreja.

123. IZQUIERDO, A. “Serviço Social de Grupo”, *Serviço Social*, p. 152.

trabalho pela justiça social e caridade social, além da responsabilidade profissional e de cidadão”.¹²⁴

A comunidade é vista como meio para o desabrochar, para o desenvolvimento da pessoa humana, a fim de que ela possa atingir seu fim sobrenatural. E para que a comunidade melhore, é importante que se viva a doutrina do Corpo Místico de Cristo. E a Igreja é vista como modelo de comunidade. Os cristãos no Serviço Social de Comunidade devem empenhar-se para que se concretize a “doutrina social da Igreja no esforço de reforma social”. Devem assumir um trabalho de vanguarda, bem como “respeitar as tradições e convicções de um povo”, quando este é de formação cristã e trabalhar para o crescimento deste processo de Serviço Social “à base da paróquia”.

E finalmente Helena Junqueira mostra que, no exercício do Serviço Social de Comunidade, em face de doutrinas contrárias à visão cristã, os assistentes sociais devem orientar-se da seguinte forma:

— Tomada de consciência dos problemas e da posição do católico.

— Estudo mais profundo da doutrina social da Igreja em face dos problemas básicos da vida econômica e política, bem como o conhecimento seguro das realidades da sua comunidade, procurando viver com ela.

— Aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ação.

— Reforçar a vida paroquial colaborando com o desenvolvimento do serviço social paroquial”.¹²⁵

O Serviço Social de Grupo e o neotomismo

O trabalho que aborda a relação Serviço Social de Grupo e Filosofia Tomista — e que serviu de orientação para muitos profissionais — foi a tese de doutoramento do Pe. Terence J. Cook. Este autor levantou alguns princípios básicos de Serviço Social de Grupo, em seguida tes-

124. JUNQUEIRA, Helena L. “Serviço Social de Comunidade”, *Serviço Social*, (78):171-172.

125. *Ibid.*, p. 173.

tou-os através de entrevistas com grupos de assistentes sociais e depois analisou esses princípios à luz de Santo Tomás.

O primeiro princípio: “Todos os indivíduos têm necessidades humanas comuns que tratam de satisfazer em grupo”. Este princípio se clarifica com o princípio tomista “O homem é naturalmente um animal social”. O homem necessita viver para os outros e não somente para si.

O segundo princípio: “O objetivo primário do Trabalho Social de Grupo é o desenvolvimento do indivíduo por meio do grupo em que algumas das necessidades são satisfeitas e o desenvolvimento do indivíduo e do grupo”. Este princípio só foi entendido após a análise dos conceitos tomistas de “pessoa humana, da natureza da sociedade e a natureza do bem-comum tal como se aplica no grupo social”. O grupo social está acima do indivíduo, ele existe primeiro para o bem-estar de todos os membros do grupo e em segundo lugar para o bem do indivíduo.

O terceiro princípio: “No processo de Trabalho de Grupo a dinâmica interação entre os membros do grupo e o trabalhador e o grupo é o meio primário de crescimento pessoal, mudança e desenvolvimento”. Com relação a este princípio foi a “teoria da matéria e da forma, a metafísica de relações e a perfeição da personalidade humana” que ajudou a entendê-lo melhor, bem como perceber o essencial do Trabalho de Grupo. A filosofia tomista nos esclarece que o membro do grupo é fator de mudança do grupo e, por consequência, das mudanças sociais.

E finalmente Pe. Cook analisa o “programa e assistência voluntária. O conceito tomista de grupo social como unidade de ação reafirma plenamente a importância do programa”.¹²⁶

Pe. Cook, num longo trabalho e através de uma vasta bibliografia, demonstrou a ligação entre “a filosofia tomista e os princípios do Serviço Social de Grupo”. E na bibliografia utilizada, além dos livros de Santo Tomás, dos comentadores da filosofia em pauta, encontramos livros que articulam a psicologia, a educação e o trabalho social e o

126. Os princípios apontados foram todos transcritos do trabalho do Pe. Terence J. Cook, “La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo”, *Servicio Social*, 9(9):103-109.

tomismo. O que demonstra a fecundidade do tomismo nesse período da história americana. Indicamos em nota abaixo alguns desses livros.¹²⁷

Com relação a esse estudo de Pe. Cook, concluímos com palavras suas: “A sabedoria que flui da perene filosofia de Santo Tomás tem sido de imenso valor neste estudo. A filosofia social tomista é um guia para o trabalho e a prática do Trabalho Social de Grupo”.¹²⁸

127. Aqui colocamos apenas os dados bibliográficos. No seu trabalho, Pe. Cook faz uma pequena resenha de cada um.

BRENNAN, O. P. Robert Edwar. *Thomistic Psychology*, Nova York, Macmillan Company, 1941.

COX, John F. A. *A Thomistic Analysis of The Social Order*, Wash., D. C., Catholic University of America Press, 1943.

DUZY, Brote Stanislaus E. *Philosophy of Social Change According to the Principles of Saint Thomas*, Wash., D. C. Catholic University of America Press, 1944.

FISKER, S. A. Luke Francis. *A Study in Social Philosophy*, Wash., D. C.

HOBAN, James Henry. *The Thomistic Concept of Person and Some of its Social Implications*, Wash., D. C., Catholic University of America Press, 1939.

MURPHY, E. F. *Saint Thomas Political Doctrine and Democracy*, Wash., D. C., Catholic University of America Press, 1921.

WOLFE, Sister Mary of Arc. *The Problem of Solidarism in St. Thomas*, Wash., D. C., Catholic University of America Press, 1939.

SMITH, O. P. Ignatius. *Saint Thomas Aquinas and Human Social Life*, Wash., D. C. Catholic University of America Press, 1945.

_____, *Classnotes from Social Philosophy of St. Thomas Aquinas, 1947-48*, National Catholic School of Social Service.

128. Cook, Pe. Terence J. “La Filosofía Tomista en los Principios del Servicio Social de Grupo”, *Servicio Social*, 9(9):103.